

VICTOR LOBO GUIMARÃES

**DEIXADOS PARA TRÁS: DESAFIOS DOS NÃO ADOTADOS DE CURITIBA NA
MAIORIDADE**

CURITIBA

2025

VICTOR LOBO GUIMARÃES

**DEIXADOS PARA TRÁS: DESAFIOS DOS NÃO ADOTADOS DE CURITIBA NA
MAIORIDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo, na Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, no primeiro semestre de 2025.

Orientador: Prof. Gabriel Bozza

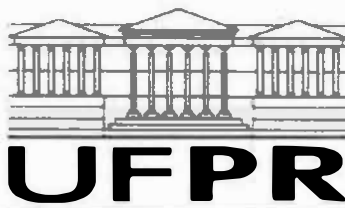
Data da banca (TCC 2): 09 de dezembro de 2025

Membros da banca

- Prof. Dr. Gabriel Bozza
- Prof. Dr. José Carlos Fernandes
- Profa. Dra. Elaine Javorski

Curitiba

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua Bom Jesus, 650, - - Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010
Telefone: 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

**ATA DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

No dia 09/12/2025, às 09 horas, os membros da banca de avaliação reuniram-se no Departamento de Comunicação Social da UFPR, com a finalidade de avaliar o aluno **VICTOR LOBO GUIMARÃES** que apresentou o trabalho de conclusão de curso em jornalismo intitulado: **DEIXADOS PARA TRÁS: UM DOCUMENTÁRIO AUDIOVISUAL SOBRE OS DESAFIOS QUE ADULTOS NÃO ADOTADOS DE CURITIBA ENFRENTAM APÓS SAÍREM DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**. Após informar as normas do exame de avaliação, o orientador passou a palavra para que o aluno realizasse a apresentação. Finalizada a exposição, o aluno foi arguida pelos membros da banca que atribuíram as seguintes notas:

Professora	Nota	Assinatura
ELAINE JAVORSKI	100	
GABRIEL ALEXANDRE BOZZA	100	
JOSÉ CARLOS FERNANDES	100	

Sendo assim, a média aritmética atribuída ao aluno na defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, foi 100, nota que será lançada no SIGA pelo Professor Orientador somente após realizadas as considerações sugeridas pela banca. O aluno foi considerado aprovado na disciplina e deverá entregar o trabalho com alterações sugeridas pela banca em até 10 dias.

GABRIEL ALEXANDRE BOZZA
Professor Orientador

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar como adultos não adotados vivem em Curitiba após saírem de instituições de acolhimento ao completarem 18 anos. Busca-se mostrar, por meio de um documentário jornalístico audiovisual, as histórias de vida desses sujeitos e analisar suas condições emocionais, sociais e materiais, além de examinar as ações governamentais para dar suporte a esses indivíduos. O produto traz depoimentos sobre a vida desses indivíduos atualmente sobre o ponto de vista material e psicológico. Parte-se da hipótese por premissa de que o documentário jornalístico audiovisual pode contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas adotadas pelas instituições de acolhimento, ao dar visibilidade às experiências de adultos egressos desses serviços. A metodologia é, além da revisão bibliográfica e entrevista em profundidade com egressos e profissionais das unidades, além da análise de conteúdo de três documentários jornalísticos, que seguem temas relacionados à identidade, abandono, adoção ou pertencimento. Os resultados indicam que, embora existam diretrizes formais para o acompanhamento e preparação desses jovens, a implementação prática das políticas públicas é insuficiente. As entrevistas revelaram lacunas emocionais, fragilidades no retorno à família de origem e falta de apoio continuado após o desligamento. A análise dos documentários reforçou a centralidade dos temas pertencimento, identidade e ruptura familiar, em que tais aspectos atravessam tanto as narrativas audiovisuais quanto as experiências relatadas pelos participantes.

Palavras-chave: Documentário jornalístico; identidade; não adotados; instituições de acolhimento; maioridade; sociedade.

ABSTRACT

This study aims to examine how non-adopted adults live in Curitiba after leaving institutional care upon reaching the age of 18. Through a journalistic audiovisual documentary, the research presents the life stories of these individuals and analyzes their emotional, social, and material conditions, as well as governmental actions intended to support them. The documentary features testimonies addressing the current material and psychological aspects of their lives. The study is based on the premise hypothesis that the journalistic audiovisual documentary can contribute to critical reflection on the practices adopted by care institutions by giving visibility to the experiences of adults who have transitioned out of these services. The methodology includes a literature review, in-depth interviews with former residents and professionals from care institutions, and content analysis of three journalistic documentaries that address themes related to identity, abandonment, adoption, and belonging. The results indicate that, although formal guidelines exist for monitoring and preparing these young adults, the practical implementation of public policies is insufficient. The interviews revealed emotional gaps, vulnerabilities in the return to the family of origin, and a lack of continued support after institutional discharge. The analysis of the documentaries reinforced the centrality of themes such as belonging, identity, and family rupture, which permeate both the audiovisual narratives and the experiences reported by the participants.

Keywords: Journalistic documentary; identity; non-adopted individuals; care institutions; legal adulthood; society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	7
2 ADOÇÃO.....	10
2.1 ADOÇÃO À BRASILEIRA.....	12
2.2 MAUS TRATOS E VIOLÊNCIA.....	13
2.3 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO.....	14
2.3.1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	15
2.4 MAIORIDADE CIVIL.....	18
2.5 REPÚBLICAS.....	20
3 DOCUMENTÁRIO.....	23
3.1 DOCUMENTÁRIO JORNALÍSTICO.....	25
4 METODOLOGIA.....	27
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA.....	30
4.2 MATERIAIS QUE INSPIRAM O TCC.....	31
5 ANÁLISE.....	32
5.1 O QUE O DESTINO ME MANDAR (ÂNGELA BASTOS).....	32
5.2 TODOS NÓS CINCO MILHÕES (ALEXANDRE MORTAGUA).....	34
5.3 PASSAPORTE HÚNGARO (SANDRA KOGUT).....	35
5.4 DISCUSSÃO DA ANÁLISE.....	36
6 DELINEAMENTO DO PRODUTO.....	40
6.1 NOME, PÚBLICO-ALVO, ENTREVISTADOS.....	40
6.2 DESCRIÇÃO.....	41
6.3 ESTRUTURA, TEMA E FORMATO DO DOCUMENTÁRIO.....	41
6.4 GRAVAÇÃO E EDIÇÃO.....	42
6.5 CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.....	42
7 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
APÊNDICE A - ROTEIRO DEFINITIVO.....	50
APÊNDICE B - MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	54
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ.....	55

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Aos 18 anos, o sonho do jovem de classe média é ingressar em uma faculdade, ser apoiado pelos pais, que ajudem a pagar seus custos. É começar a planejar sua vida de relacionamentos com namoro, noivado ou casamento, é entrar no mercado de trabalho aos poucos, através de um estágio, pela empresa dos pais ou de um amigo da família, é planejar se vai ter uma casa ao acabar os estudos ou se isso pode esperar um pouco mais. No entanto, não é isso que acontece com os jovens de instituições de acolhimento, que, muitas vezes, saem dessas entidades com uma mala de roupas, soltos nas ruas, sem auxílio para começar suas vidas e sem direitos, diante da falta familiar.

No Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2024, cerca de 36 mil pessoas estão cadastradas para a adoção, em todo o país. Isso contra cerca de 5049 crianças ou adolescentes que esperam por um lar. No Paraná, os números retratam essa mesma disparidade, de acordo com o CNJ, em que são 3322 acolhidos para 2171 pretendentes.

Esse desequilíbrio é reflexo desses "futuros pais" buscarem, preferencialmente, crianças até os 8 anos de idade, números que chegam perto dos 95%. Segundo dados de 2020 do site do Ministério Público do Paraná (MPPR), há 265 crianças e adolescentes acolhidos em Curitiba, e apenas 13 dos 463 pretendentes à adoção aceitam crianças com mais de 10 anos de idade.

Porém, após essa idade, os adolescentes se veem deixados de lado na adoção e ao chegarem à maioridade dos 18 anos, precisam sair dessas entidades, das quais fizeram parte, muitas vezes, a sua vida inteira. O governo brasileiro implementou pela primeira vez, de forma explícita, no Plano Nacional de Convivência Familiar (PNCFC, 2006), a proposta de repúblicas para quem tem entre 18 a 21 anos habitarem, com auxílio financeiro do Estado, até a inserção no mercado de trabalho e, por consequência, conseguirem se manter em termos econômicos.

Os dados do Censo SUAS de 2023, indicam que há 368 jovens entre 18 e 21 anos vivendo em apenas 80 repúblicas em território nacional. Esses números afirmam como este plano do governo foi pouco incentivado e pouco atrativo, já que esses locais estão nas capitais, o que faz com que egressos, principalmente do interior dos estados, não queiram perder vínculos adquiridos em sua vida ou não tenham condições de custear a ida e a vida em um novo lugar.

Curitiba, em 2021, possuía quatro unidades de atendimento da Fundação de Assistência Social (FAS) para jovens de 18 a 21 anos, que, ao todo, abrigavam apenas nove pessoas. Atualmente, o número aumentou para sete repúblicas, além dos serviços privados. Nesta perspectiva, percebe-se a necessidade de se avaliar como são conduzidos os trâmites de saída dos acolhidos não adotados até atingirem a maioridade civil e as dificuldades presentes nesse contexto para o início da vida adulta.

São 423 adolescentes, acima de 16 anos, que irão sair das unidades de acolhimento nos próximos dias, meses ou anos, segundo o CNJ, em 2025. Assim, surge a questão: de que forma o documentário jornalístico pode dar visibilidade às trajetórias de adultos não adotados e auxiliar instituições de acolhimento na compreensão das lacunas existentes no processo de transição para a vida adulta?

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é contar, de forma humanizada, visível e audível, trajetórias de vida de indivíduos maiores de 18 anos não adotados que passaram por unidades em Curitiba, seguindo técnicas de apuração, edição e entrevista aprendidas na formação de jornalismo. Para tanto, a pesquisa busca como objetivos específicos: descrever o processo desde a entrega ou chegada da criança à instituição até a saída ao completar 18 anos, demonstrar como a burocracia na adoção e como mitos da sociedade aumentam o número de não adotados, já que quanto mais se aproximam da vida adulta, mais se dificulta a adoção, documentar a história, desafios, vida atual de pessoas que não foram adotadas até os 18 anos e compreender o trabalho de integração feito pelas casas de repúblicas e pelo atendimento institucional para a reinserção desses indivíduos no mercado de trabalho.

Parte-se, assim, da hipótese por premissa de que o documentário jornalístico audiovisual pode contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas adotadas pelas instituições de acolhimento, ao dar visibilidade às experiências de adultos egressos desses serviços. Além disso, mostra-se como eles não são bem preparados para ter uma vida adulta saudável, pois desde cedo já precisam lidar com o problema do vínculo familiar, com agressões e maus tratos presentes, e com a falta de iniciativas que os auxiliem na formação do indivíduo.

O documentário surge para que a história e a dor desses não adotados que residem na região da capital curitibana possam ter suas histórias contadas, suas dificuldades, suas superações e, assim, cumprir o papel jornalístico de trazer a atenção a um fato que está sendo deixado de lado ou apagado pela sociedade e, principalmente, pelas organizações públicas.

O produto é um filme documentário de 51 minutos, com uma segunda versão reduzida de 29 minutos, que busca facilitar uma maior visualização e democratização em relação ao tempo. O objetivo documental é contar a história desses ex-acolhidos, através de entrevistas

que compartilham toda a trajetória dentro dos institutos e como foi a sua direção para repúblicas ou simplesmente como começaram suas vidas adultas. Junto disso, há o depoimento da equipe técnica que serve de embasamento na produção e fundamentam uma característica importante do argumento de autoridade presente no jornalismo e instigado durante todo o período acadêmico.

A construção do audiovisual jornalístico mostra que mais do que apenas experiências de vida, são pessoas audíveis e visíveis que passam por essa situação. Isso reforça a importância do jornalismo neste meio, através do depoimento, em que o jornalista será só um mediador entre o contador da história de vida e o receptor da mensagem.

Ademais, para viabilizar o teste da hipótese será feito uma pesquisa de abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório, voltada às experiências dos não adotados adultos em Curitiba, com entrevistas em profundidade com utilização de métodos jornalísticos. Como técnica será usada a revisão bibliográfica, a análise de conteúdo de três documentários jornalísticos: O que o destino me mandar, Todos nós cinco milhões e Passaporte Húngaro, que abordam a temática de pertencimento, adoção, abandono ou identidade, ideias que levam ao entendimento de como são trabalhados temas semelhantes ao de maiores de idade não adotados, na linguagem audiovisual cinematográfica.

A sensibilidade e o cuidado em cada história, em cada imagem, em cada som, tem o intuito de despertar indivíduos para a beleza da adoção e de acolhimento àqueles que passaram por isso.

2 ADOÇÃO

Desde a Antiguidade, a adoção já era praticada. Na Bíblia, Moisés é adotado pela filha do Faraó ao ser encontrado às margens do rio Nilo. É criado pela sua mãe biológica, sua ama de leite, até passar a viver no palácio com sua mãe adotiva e possuindo os benefícios de sua posição real.

Na Roma Antiga, a adoção participou da continuidade das gerações. Os pais adotivos, que não podiam ter filhos, encontravam nesse método uma forma de achar herdeiros. O Imperador Octávio Augusto, adotado por César, tornou-se o primeiro imperador romano de 27 a.C. até 14 d.C.

No Império Romano, o filho *agnatio*, aquele que foi adotado passava a ser participante da família com os mesmos direitos do *cognatio*, herdeiro que vinha do sangue do pai, filho biológico.

“Com a adoção, o paterfamilias passava a ter todos os poderes inerentes sobre os filhos adotivos, tornando-os parte da família como filii familias, sujeitando-se ao poder do paterfamilias. A adoção, como modalidade de ingresso na família, será subdividida em adoptio e a adrogatio, estes dois institutos sujeitavam o cidadão à pátria potestas do pater, de modo que ambos os atos possuíam fins análogos.” (NASCIMENTO, 2020, p.14)

O conceito da palavra “adotar”, significa considerar, cuidar, escolher e provém do latim. O jurídico romano serviu como base ao modo de construção da Constituição do Brasil, em que muitos conceitos e definições atuais se assemelham ao do período antigo do Império Romano. Com base nisso, o conceito de adoção chegou ao código civil brasileiro apenas em 1916, com Wenceslau Braz, e trouxe conceitos de idade mínima de adoção e de diferença de idade entre o adotante e o adotado, além de que deveria ser por escritura pública.

“Art. 368. Só os maiores de cinquenta anos, sem prole legítima, ou legitimada, podem adotar.

Art. 368. Só os maiores de 30 (trinta) anos podem adotar.

Parágrafo único. Ninguém pode adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento.

Art. 369. O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho que o adotado.

Art. 369. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho que o adotado.

Art. 370. Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher.

Art. 371. Enquanto não der contas de sua administração, e saldar o seu alcance, não pode o tutor, ou curador, adotar o pupilo, ou o curatelado.

Art. 372. Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se fôr incapaz ou nascituro” (BRASIL, 1916)

Atualmente, com diversas alterações na Constituição do Brasil de 1988, esse tema passou a ter diversos outros requisitos, ao qual outros foram abolidos. Assim, privilegia-se a proteção de direitos da criança e adolescente, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na Constituição, afirma-se o mesmo direito de proteção à saúde e à vida, junto de iniciativas sociais para o nascimento e desenvolvimento mais saudável possível.

Além disso, dispõe os direitos que o filho adotado possui e as relações de idade e necessidades para se realizar uma adoção no país.

“Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Art. 44. Enquanto não der conta de sua administração e saldar o seu alcance, não pode o tutor ou o curador adotar o pupilo ou o curatelado.

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.” (BRASIL, 1988)

O Ministério Público do Rio de Janeiro define adoção como uma forma de trazer um melhor ambiente para a criança ou adolescentes, não mais voltado, como em épocas anteriores, para o conceito de perpetuação de um sobrenome ou de um herdeiro da família. Isso para que seja garantido ao adotado uma boa convivência familiar, permitindo o amor restituído.

“Processo afetivo e legal por meio do qual uma criança passa a ser filho de um adulto ou de um casal. De forma complementar, é o meio pelo qual um adulto ou um casal de adultos passam a ser pais de uma criança gerada por outras pessoas. Adotar é, então, tornar "filho", pela lei e pelo afeto, uma criança que perdeu, ou nunca teve, a proteção daqueles que a geraram.” (Ministério Público do Rio de Janeiro - MPRJ, 2017, p. 1)

Quando ocorre a adoção, o artigo 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os vínculos com os pais e familiares biológicos são rompidos, transferindo

integralmente o poder familiar para os adotantes. No entanto, no caso de pessoas maiores de idade, o poder familiar já não se aplica, uma vez que, ao atingir os 18 anos, a pessoa adquire plena capacidade civil, passando a ter autonomia sobre seus atos.

De acordo com Gonçalves (2012, p.113), trata-se de um vínculo jurídico que, embora seja fictício, possui caráter definitivo e deve atender a exigências legais específicas. Ao longo do tempo, os requisitos para a adoção passaram por diversas mudanças, muitas delas com o objetivo de torná-la mais acessível. Paralelamente, os direitos dos adotados também evoluíram, já que, inicialmente, não eram equiparados aos dos filhos biológicos, refletindo uma transformação nas legislações para promover maior igualdade entre ambos.

Por isso, a adoção é baseada num vínculo formal entre os pais adotantes e o governo, que possui o cuidado daquele indivíduo e possui requisitos básicos, instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que haja a possibilidade da adoção.

2.1 ADOÇÃO À BRASILEIRA

A adoção à brasileira, como ficou conhecida, baseia-se na adoção “ao jeitinho brasileiro”, em que o homem ou mulher passa a cuidar de uma criança sem ter os devidos procedimentos legais bem determinados, sendo uma prática extremamente comum nas décadas passadas. O processo pode levar em risco o cuidado e a proteção da criança e do adolescente, já que não se é possível saber se os “adotantes” terão condições mentais, financeiras ou estáveis de manter um novo indivíduo.

Hoje em dia, muitos buscam agilizar a adoção com falsificação de documentos para que o novo filho, tirado da mãe biológica, seja colocado logo ao sair da maternidade como filho legítimo do “adotante”. Com isso, configura-se como crime a entrega do filho menor, neste método de adoção, segundo o código penal brasileiro, com penas de até quatro anos.

“Art. 245 - Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo: (Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984)

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984)

§ 1º - A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, se o agente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior. (Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984)

§ 2º - Incorre, também, na pena do parágrafo anterior quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro. (Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984).” (BRASIL.1940.)

A adoção no Brasil é gratuita e é iniciada na Vara da Infância e Juventude. Como ressaltado na Constituição, não há impedimentos para um casal ou indivíduos solteiros adotarem uma criança, apenas a idade deve ser maior que 18 anos e ter uma diferença mínima de 16 anos de idade entre o adotante e o adotado.

O Ministério Público do Paraná (MPPR) explica que o indivíduo que busca adotar uma criança precisa ir até o Fórum Cível do município em que reside ou mais próximo. Na Vara da Infância e Juventude, irá solicitar toda a documentação para ser enviada para o MPPR, em que o promotor de justiça fará a análise completa. Os documentos que deverão ser providenciados são: identidade; CPF; certidão de casamento ou nascimento; comprovante de residência; comprovante de rendimentos ou declaração equivalente; atestado ou declaração médica de sanidade física e mental; certidões cível e criminal.

2.2 MAUS TRATOS E VIOLÊNCIA

A criança só poderá ter sua retirada de dentro do âmbito familiar se houver ação ou omissão do Estado ou da sociedade, por abandono, omissão, abuso ou violência em suas diferentes formas dos pais ou responsáveis legais pelo indivíduo ou em razão da sua conduta (ECA, Art. 98). Além disso, a forma como o adolescente ou criança se comporta dentro dos parâmetros legais, também pode ser uma forma do Estado retirar esse indivíduo da convivência familiar, já que é necessária a proteção tanto dos familiares quanto da própria criança em casos de fuga constante do ambiente familiar, gravidez, situações como entorpecentes, vivência em situação de rua, entre outros.

Nesses casos, a criança é colocada até os 16 anos como incapaz de ter pleno raciocínio lógico dos seus atos (Código Civil, art. 3). Assim, não são colocados como culpados e recebem total apoio para a transformação dessa situação de vulnerabilidade e recebem o cuidado para a saída da vida de quebra penal.

A violência psicológica, embora menos visível, produz efeitos na construção da identidade dos sujeitos que passaram por situações de negligência e ruptura de vínculos familiares. Esse tipo de violência compromete a autoestima, a percepção de pertencimento e a capacidade de estabelecer relações afetivas ao longo da vida, aspectos que emergiram de forma recorrente nas entrevistas realizadas com jovens egressos das instituições de acolhimento.

“A violência na infância acarreta traumas que podem permanecer até a vida adulta, além de gerar danos físicos e mentais. Os danos físicos incluem fraturas, lacerações e traumas cranianos, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada

como consequência de violência sexual, além de vários distúrbios da dor. Os impactos na saúde mental incluem depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, abuso de substâncias psicoativas e comportamentos suicidas. Além disso, a exposição à violência precoce pode predispor a doenças coronarianas e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). A violência contra crianças impacta as oportunidades e afeta as futuras gerações, as famílias e a comunidade. Crianças expostas à violência têm maior risco de abandono da escola, pior desempenho no trabalho, além de maior risco de serem perpetradores de violência, mantendo o ciclo da violência.” (MALTA, et al, p.2)

Um dos pontos centrais que atravessam esse núcleo refere-se ao retorno à residência familiar após o desligamento institucional. Na ausência de um local definido de convivência e de suporte contínuo, mesmo diante da existência de políticas como as repúblicas para jovens, muitos egressos acabam retornando a núcleos familiares ainda marcados por instabilidade e vulnerabilidade. Dessa forma, revivem situações semelhantes às que motivaram o acolhimento na infância e adolescência, agora sem a proteção institucional que anteriormente auxiliava nesse contexto.

2.3 INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

As instituições de acolhimento, conhecidas como abrigos, são uma proteção garantida aos bebês, crianças e jovens pela Lei federal nº 8069/1990, criação e disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa mudança de nomenclatura surgiu a partir da Nova Lei da Adoção (Lei Federal nº 12010/2009), em que o juiz de direito passou a ser o detentor de determinações como onde o menor será colocado e se será tirado do convívio familiar.

Esses locais devem ser semelhantes à uma residência, que vincule o adolescente ao cuidado familiar e juntamente da interação comunitária, como disposto:

“Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular: de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes.” ECA (Lei nº 8.069/1990, art. 208, inc. IX)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069 (1990), busca trazer normas que protejam de forma integral as crianças e adolescentes. É colocada a responsabilidade desse cuidado sob a Família, Estado e Sociedade e devem garantir direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, convivência familiar e comunitária. Além disso, é reforçado a necessidade de proteção desses indivíduos contra toda forma de negligência, discriminação, exploração e violência (BRASIL, 2009).

A infância e adolescência desse indivíduo devem ser garantidas com os mesmos direitos daqueles que não passam pela mesma situação, tanto escolar, cultural,

desenvolvimento de atividades e até de um guardião legal, que será o responsável dentro da instituição. (Lei nº 8.069/1990, art. 92)

De acordo com o coordenador da Unidade de Acolhimento Institucional de Santa Felicidade, Michel Aparecido Araujo (2025), cerca de 140 adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos, foram acolhidos durante seus sete anos de atuação na unidade. O coordenador explica que, no processo inicial, a equipe técnica procura identificar as circunstâncias, negligências e violações de direitos que culminaram na institucionalização do adolescente. “Durante a evolução, nós conseguimos perceber no desenvolvimento dele questões que a gente vai trabalhar os pontos para que ele se descubra, veja seu potencial, veja suas fragilidades e saia o mais preparado possível.” (MICHEL, 2025)

A implementação do Sistema de Assistência Social (SUAS), em 2005, garantiu o início do cuidado e das obrigações das instituições pelos municípios. O sistema foi ampliado a partir de 2009, com a Cartilha de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, que reforçou a interação em pequenos grupos de convívio para um melhor atendimento personalizado desses indivíduos e a garantia dos direitos já citados, de convívio e interação familiar e comunitária.

O ambiente institucional e suas relações estão relacionadas com o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, construindo a identidade própria de cada indivíduo e suas vontades e desejos para o futuro. Além disso, para que o ambiente se torne o mais próximo de um “lar”, a previsibilidade e constância na rotina é trabalhada para desenvolver a noção de tempo de realização das tarefas e prioridades do dia a dia.

Nesses locais, há a liberdade de crença de cada criança e deve ser respeitada e incentivada pelo serviço institucional (ECA, art 16). Assim, deverá haver a disponibilidade de adoções religiosas dentro dessa rotina disponibilizada, podendo até ser a não participação de atos religiosos, caso assim queira a criança.

O Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome desenvolveu, juntamente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), uma cartilha com obrigações e pequenas funções dos serviços de acolhimento. Para melhor estudo da metodologia de criação da criança dentro deste local, deve-se ter um estudo diagnóstico prévio familiar, de conduta, de pensamentos, de costumes, de saúde, entre outros, percorrendo toda a história daquele jovem até chegar ali.

Após essa análise, é necessário buscar tratar no cuidado da criança para a superação ou entendimento dos motivos que a fizeram chegar até o local, tanto psicológicos, como físico e emocionais, assim fortalecendo o vínculo familiar e busca pela volta desse indivíduo ao

núcleo da família. Além disso, para essa volta ao ciclo de origem precisa ser acompanhada para que se houver uma reintegração, a integridade da criança seja prioritária e também progressiva dentro desse convívio.

Um conceito presente na condução de criação de vínculos nesses locais é o apadrinhamento. Com significado baseado na tradição cristã de colocar pessoas em posição de tutela na falta dos pais, os padrinhos são como uma espécie de suporte emocional e de vínculo com o acolhido.

“Neste cenário, o programa de apadrinhamento surge como instrumento de proteção capaz de proporcionar às crianças e aos adolescentes acolhidos com remotas chances de colocação de família substituta um estabelecimento com convívio social saudável com membros da comunidade. A partir desse relacionamento, podem ser constituídos novos paradigmas de vida, com bons exemplos, amizade, relacionamentos positivos e, eventualmente, embora raro, sua guarda definitiva ou adoção pelos padrinhos e madrinhas, uma vez que a adoção tardia é um desejo inconfessável de todos que atuam com tais crianças e adolescentes.” (PAULA, p.121, 2019)

Para haver a consolidação do processo de se tornar um padrinho, o indivíduo deve seguir algumas condições impostas no Artigo 19-B do ECA, em que define como necessário a maioridade e não estar inscrito na fila de adoção. Além disso, devem auxiliar no desenvolvimento do apadrinhado, com o objetivo principal de que os maiores ajudados sejam aqueles com remota possibilidade de adoção.

Caso haja a permanência da criança dentro do serviço de acolhimento, os diversos setores do Estado se unirão, em busca do melhor cuidado da criança. Os seguintes órgãos são primordiais nessa fase:

- Sistema Único de Assistência Social (SUAS): atendimento qualitativo às crianças e às famílias. O programa favorece a integração comunitária e a inserção nos demais serviços.
- Sistema Único de Saúde (SUS): atenção integral à saúde dos envolvidos. Com projetos voltados a esse tema, não só o tratamento de doenças, mas também a prevenção e a vacinação são fundamentais. É aqui, a principal forma de melhor conduzir a situação de incapaz com deficiência e a melhor forma de adaptação da estrutura para ele.
- Sistema Educacional: A educação é um direito para todos, garantido pela Constituição no art. 205 e consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/96). Assim, é uma preparação para os jovens nos institutos de acolhimento entrarem não só nos modelos de educacionais básicos, mas também preparados para a formação superior posteriormente. As instituições precisam estar em constante contato com as escolas nas quais

as crianças estão matriculadas, com acompanhamento do desempenho escolar. É importante o envolvimento, segundo a Cartilha, do jovem no Programa Mais Educação, em que promove ações complementares ao turno escolar, promovendo esporte, arte, cultura...

Sistema de Justiça: o Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário devem estar atentos à reintegração do jovem à família, além da investigação de agressores presentes nas famílias. Ademais, estarão presentes em todas as burocracias sobre tutela, processo de adoção, pensão alimentícia, entre outros.

Conselho Tutelar: implementação do Plano de Atendimento Individual e Familiar e na condução e acompanhamento das famílias, buscando o melhor cuidado e proteção desses menores.

Segurança Pública: proteção dos menores em relação a possíveis agressores na família e localização de familiares.

Segundo dados de 2020 do site do Ministério Público do Paraná (MPPR), há 265 crianças e adolescentes acolhidos. E apenas 13 dos 463 pretendentes à adoção aceitam crianças com mais de 10 anos de idade.

Sendo o desligamento para a reintegração familiar, adoção a uma família substituta ou a saída da entidade para uma república ou para onde esse jovem for levado, o procedimento deve ser gradativo. A despedida do local precisa ser completa, conforme a necessidade de cada menor, levando em conta a sensibilidade da situação.

Assim, é necessária a união da Justiça da Infância e da Juventude como os serviços de acolhimento para realizar a saída desse local da forma mais saudável possível. É necessário ouvir as possíveis preocupações e expectativas para a nova realidade, sendo a vida individual ou na nova família, buscando garantir as melhores experiências para esse menor.

2.3.1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A cartilha defende ainda a implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) que define uma união de ações para a padronização dos serviços de uma instituição de ensino e de acolhimento.

“É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da

escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Essa ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, dá a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.” (VEIGA, 2002, p. 110)

É necessário que todos os envolvidos estejam prontos para receber esses jovens e especializados na condução desse projeto padronizado, com cronogramas, estudos e organização, com regras de convivência, monitoramento, fluxo de atendimento e atividades psicossociais.

O PPP é o processo desde a acolhida de crianças ao chegar na unidade, já que muitas não sabem o porquê de estarem ali e como é o funcionamento desses locais. Mas também é um projeto voltado para adolescentes que não tem mais volta para suas famílias de origem e tem possibilidades quase esgotadas de receberem uma substituta.

Assim, para esses acolhidos se inicia a metodologia desenvolvida pelo PPP para a construção mais forte do meio comunitário em que o adolescente está inserido, além do fortalecimento do ensino e educação, da qualificação profissional para inserção deles no mercado de trabalho e também do ensino a atividades de casa, como cozinhar, limpeza e higiene, entre outras atividades que visam a autonomia desse menor. Também é preciso mostrar as responsabilidades legais que o adolescente passará a ter a partir da maioridade, mas que pode em alguns temas, como nas eleições, ser acelerado a partir dos 16 anos, enfatizado por Jordana (2025).

“Eles iniciam no mercado de trabalho cedo, como menor aprendiz, e, aos poucos, a gente vai dando pequenas responsabilidades para eles, que o próprio programa Jovem Aprendiz oferece, conseguir ter a dinâmica de sair da escola e ir para o trabalho. É a duras penas que eles fazem isso.” (JORDANA, 2025)

Para aqueles que passam dos 18 anos dentro das organizações, devem ser direcionados às repúblicas, como transição.

2.4 MAIORIDADE CIVIL

A primeira vez que a maioridade foi instaurada no livro de leis brasileiras foi em 1830, durante o Primeiro Código do Império. A idade foi definida no artigo 10 do texto como o início de direitos e deveres aos 14 anos de idade. O maior poderia ser levado às casas de correção e ser condenado até completar os 17 anos de vida, mas com a previsão da prisão perpétua.

Em 1890, surge um novo Código Penal, o Código Publicano que teve como grande diferencial, a proibição da prisão de menores de nove anos de idade, sendo consideradas assim, inimputáveis, ou seja, sem poderem responder criminalmente por seus atos. Dos nove aos 14, passavam por uma espécie de reformatório.

Só então, em 1921, promulgada a Lei 4.242, que foi definida a não resposta criminal de menores de 14 anos de idade em qualquer caso de crime cometido. Dos 14 aos 18 anos continuaria o protocolo penal diferenciado do aplicado em adultos. O código penal vigente, de 1940, é o que passou a definir o limite da inimputabilidade até os 18 anos de idade, com aplicação de procedimentos para melhor adequação do indivíduo aos parâmetros legais.

Da mesma forma, nos outros setores do judiciário, o tema etário foi debatido ao longo do tempo. A Constituição de 1988 foi um dos passos nesse processo, ao definir a obrigatoriedade de voto aos maiores de 18 anos, diferentemente do livro de leis em vigor até então que definia idade de 21 anos: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – alistamento eleitoral obrigatório para os maiores de dezoito anos;” (BRASIL, 1988, art. 14)

Aqueles que possuem 16 anos e querem tomar a decisão legal de exercer o direito ao voto, também foi decretada pelo mesmo documento como voto facultativo, assim como para maiores de 70 anos e analfabetos.

O novo Código Civil (2002), alterou o documento de 1916 e estabeleceu que a maioridade civil passaria dos 21 anos de idade para os 18 anos, com o objetivo de trazer alinhamento para o contexto social que a sociedade brasileira passa a facilitar tomadas de decisões e autonomia dos jovens. O texto diz: “A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.” (BRASIL, 2002, Art. 5º)

Essas mudanças foram uma adequação àquilo que já se era vivido no Brasil. Os maiores de 18 anos já poderiam ser presos, já possuíam direito ao voto e muitos já estavam no mercado de trabalho ativos, sustentando famílias, o que levava uma dificuldade de adquirir bens, como imóveis, assinatura de certos contratos e até o casamento. Além disso, dessa forma, acabava a diferenciação entre os decretos e passava assim a se ter uma unificação etária para a maioridade como marco único da capacidade plena como cidadão.

A maioridade civil gera capacidade plena para que o indivíduo atue nos seus objetivos, tome suas decisões e também arque com a responsabilidade total das consequências de seus

atos. Ou seja, a partir desta idade, o jovem pode realizar muitas coisas que só lhe eram permitidas com autorização de um responsável.

O objetivo de estabelecer essa idade é a garantia de que o indivíduo possa tomar decisões legais e terá a maturidade para lidar com sua vida profissional, financeira e responsabilidades da vida adulta. A emancipação é um conceito que pode até gerar certa confusão seguindo essa temática com a maioridade, já que o jovem passa, através de burocracias, a se tornar legalmente responsável pela sua vida abaixo dos 18 anos. Diniz (2009, p.266) trata a emancipação com a antecipação da capacidade civil plena, sem conferir ao menor a maioridade, que é exclusivamente obtida pelo valor numérico dos 18 anos. Os termos, apesar de serem semelhantes, acabam trazendo essa pequena diferença burocrática.

2.5 REPÚBLICAS

Segundo dados do CNJ, crianças e adolescentes que estão à espera da adoção, chegando a cerca de 69%, possuem idades entre 8 e 16 anos. Desse número, ao todo, 71% da lista são negros.

A motivação para Camargo (2005, p.81) da não adoção de jovens acima da idade de 8 anos, deve-se a alguns fatores principais, entre eles está a transição de moradias que a criança já passou, há o pensamento de que ela não conseguirá se adaptar em definitivo a uma família, por conta da identidade que já foi formada. Outro motivo é a alegação de que essas crianças foram rejeitadas a ponto de não conseguirem estar e aceitar em um lugar de acolhimento fora das entidades.

Os mitos ou senso comum carregam, juntamente do longo processo burocrático para adoção, a marca de tantos não adotados até a maioridade civil.

“Não seria exagero, nem tampouco um risco relacionado à repetição, mencionar neste momento de nosso texto que essas crianças – negras, com mais de dois anos de idade, portadoras de alguma deficiência ou possuidoras de um histórico de problemas médico-biológicos – são aquelas destinadas a um período muito extenso de institucionalização e vitimadas por múltiplos abandonos: o “abandono da família biológica” que, por motivos sócio-econômicos ou ético-morais, são impedidas de manter os seus filhos; o “abandono do Estado” que, por meio das limitadas legislações e deficitárias políticas públicas, tem os braços engessados para o acolhimento de seus órfãos; o “abandono da sociedade” que ainda não entendeu o sentido do termo inclusão, uma vez que se vê ocupada com a invenção de novas, refinadas e eficientes técnicas de exclusão do diferente e das minorias.” (CAMARGO, 2005, p. 80)

Afirma ainda que crianças negras, acima de dois anos e com deficiência são aquelas mais deixadas de lado dentro das instituições de acolhimento dentro do Brasil. A preferência, ao contrário, são por meninas brancas até dois anos, sem deficiência e sem problemas médicos.

Dessa forma, o Governo Federal define as repúblicas como moradia subsidiada a esses acolhidos, recebendo auxílio estatal e facilitando a transição para a vida adulta, com responsabilidades do dia a dia no cuidado de uma casa e da convivência com outras pessoas. Esses jovens passam a ser “inativados” no Sistema Nacional de Adoção (SNA).

“República: modalidade de Acolhimento Institucional que visa à transição da vida institucional para a vida autônoma, quando atingida a maioridade, sem contar necessariamente com características de ambiente familiar. Moradia onde os jovens se organizam em grupo com vistas à autonomia..” (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR, p. 132, 2006)

Por isso, o Projeto de Lei nº 507/2018 propôs a criação da Política de Atendimento ao Jovem Desligado de Instituições de Acolhimento. Seu principal objetivo é o de oferecer apoio a esses egressos, que foram desligados das unidades.

Essas entidades são organizadas em unidades femininas e masculinas e devem ter uma equipe de organização capacitada para analisar os perfis desses recém-adultos para que haja uma boa convivência entre os moradores do local e sejam todos bem integrados e se respeite as afinidades possivelmente existentes. Ademais, esses lugares precisam ter incentivo para a qualificação dos jovens, a inserção no mercado profissional e a busca por inserção no mercado cultural, por exemplo.

O local deve ser uma estrutura privada, acessível e localizada em bairros residenciais dos municípios, com análise e aproximação dos locais de origem daqueles indivíduos em que é existente esse tipo de serviço. O máximo de indivíduos deve ser de até seis membros por locação e deve ter um coordenador, um assistente social e um psicólogo para o fazer o acompanhamento. Lilian Francelino, assistente social do Instituto Moradas do Tempo, explica que “a república é uma forma de dar autonomia para eles”, com o objetivo de aprender a conviver com novas responsabilidades na moradia.

Há tempo limitado de permanência até, no máximo, os 21 anos do não adotado, podendo ser encurtado pela consistência profissional e financeira que será analisada. Lá, eles aprendem a se organizar financeiramente, recebem suporte na educação e formação de vínculos. Vale ressaltar que o objetivo de se ter essa autonomia é gerar nos não adotados o senso de conseguir ter uma vida sem depender de alguém. Por isso, nas repúblicas não são

colocadas pessoas com deficiência, que necessitem de um terceiro para cuidados especiais, sendo direcionados pelo poder público para um outro local. Para se adequarem ao mercado de trabalho, muitas dessas casas oferecem cursos profissionalizantes, com certificação do Senai, e integram ao Programa Jovem Aprendiz, em que, em alguns casos, há uma parceria entre a república e as empresas. Isso facilita a melhor inserção do jovem no mercado de trabalho e o ajuda a ter uma busca para iniciar sua vida profissional.

O e-book “Minha Vida Fora Dali” produzido pelo Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, pela equipe de pesquisa coordenada por Cassarino-Perez, mostra segundo pesquisa a comprovação de que os jovens nem sequer sabem dessa modalidade de serviço, mas que quem passou por esses locais, perceberam uma significativa melhora da autonomia.

“Grande parte dos entrevistados não teve oportunidade de morar em uma República, muitos sequer sabiam que elas existiam. Os que tiveram a chance de passar por elas defendem o aumento do número de Repúblicas. Mas acreditam que as regras nestes serviços devem ser mais flexíveis e que deve haver maior acompanhamento por parte de equipes técnicas.” (GERAÇÃO AMANHÃ, 2021, p.15)

Ao completar os 21 anos, encerra-se a assistência dos governos federais, estaduais e municipais para pessoas em processo de adoção. Muitos saem das repúblicas antes dessa idade, buscando ter sua própria escolha de vivência e moradia, de acordo com sua empregabilidade, educação e independência. Para facilitar o entendimento, foi feito um infográfico explicativo do processo até os 21 anos do jovem egresso (FIGURA 1).

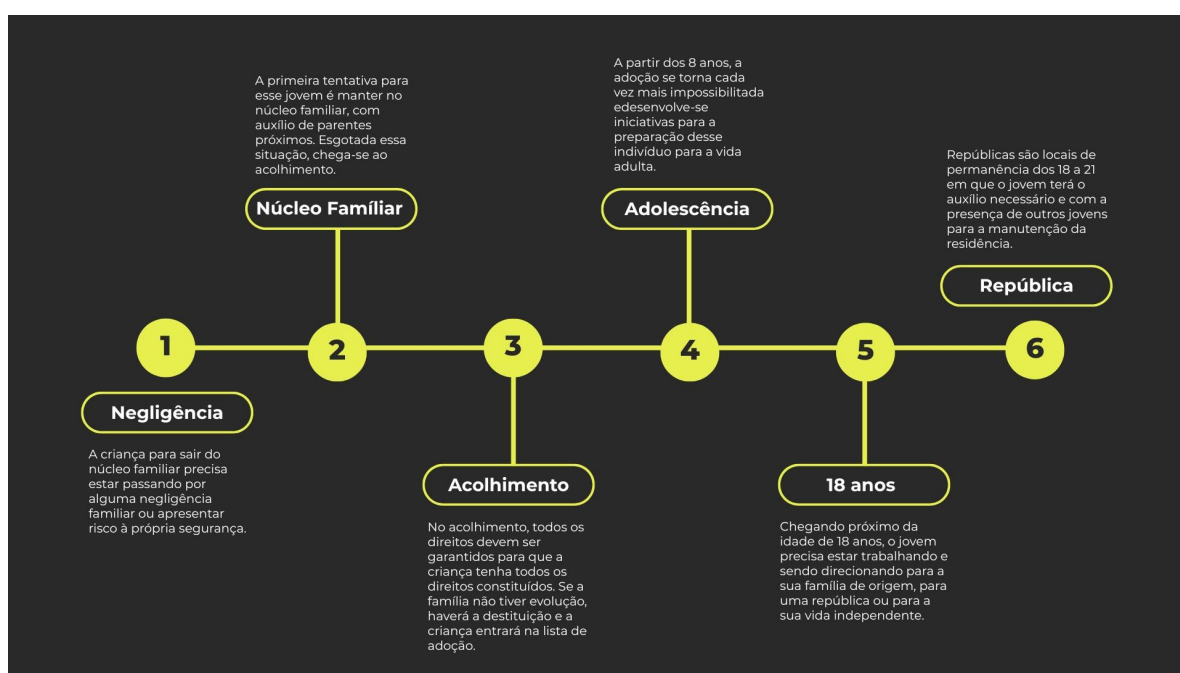


FIGURA 1: Infográfico de desenvolvimento no processo de acolhimento de jovens egressos.
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3 PRODUTO DOCUMENTÁRIO

A Academia Internacional do Cinema explica que a história do cinema se inicia em 28 de dezembro de 1895, com os irmãos franceses Auguste e Louis Lumière. Os dois abriram as portas para a primeira exibição cinematográfica aberta ao público. Porém, o ser humano busca fazer imagens em movimento há muito mais tempo.

O pré-cinema data de histórias de 5000 anos A.C., em que, na China, seres humanos faziam jogos de luz e sombra, no chamado “Teatro das Sombras”. Sua temática, contada por um narrador, geralmente envolvia guerreiros, princesas e dragões.

Até o século XX, a imagem ainda era o que movia o cinema, com pouquíssimo envolvimento do áudio. Assim, grandes nomes, renomados até hoje, surgiram e se desenvolveram no cinema mudo, como Charles Chaplin e Buster Keaton, da comédia, Rudolph Valentino, Nils Asther, entre outros.

No fim da década de 1930, mais precisamente em 1928, surgem os *talkies*, que revolucionaram o mundo cinematográfico com a fala nos filmes. “The Lights of New York”, de Bryan Foy, em 1928, foi o pioneiro nesse tipo de modelo e não demorou muito para se tornar apenas o primeiro em um mundo cheio do verdadeiro audiovisual.

A roteirização se aprimorou e grandes clássicos passaram a surgir. Longas como “Cidadão Kane”, “Psicose”, “Casablanca”, “Crepúsculo dos Deuses” e muitos outros tiveram a junção dos efeitos sonoros com uma trilha envolvente e impactante, que passam a colocar o telespectador dentro das salas de cinema.

O som estava intrínseco nessas grandes produções. A trilha nos filmes de Hitchcock, juntamente dos efeitos complementares passaram a marcar os filmes de suspense, com a tensão se sobressaindo.

No cinema, a chegada de novas técnicas de cores marcou essa transição do cinema em preto e branco para o colorido. Técnicas de maquiagem tiveram que ser readaptadas, já que no cinema preto e branco era priorizada as luzes e sombras do rosto de atores e atrizes, deixando a estética de lado.

Com o cinema com uma gama de cores maior, surgem clássicos como “E o Vento Levou...”, “Robin Hood”, “Cantando na Chuva”, “Quo Vadis”, entre outros. O documentário, diferentemente de um filme ficcional, busca ir de encontro com a realidade, mas lida com o real e não real, mesmo que contado por pessoas e vivências reais em que, segundo Puccini (2009, p. 16), “a possibilidade de se trabalhar com um roteiro aberto faz com que funções

técnicas, como direção de fotografia e edição, tenham maior participação criativa no filme, chegando, em alguns casos, a dividir os créditos de autoria."

Puccini (2009, p.189) afirma ainda que o documentário vai carregar muito do viés que seu diretor coloca na filmagem, na construção do roteiro, nas falas que cada personagem conta e é, por isso, que mesmo com histórias e pessoais reais, a ficção ainda existe. O produto conta uma verdade, que são embasadas mais do que em informações, mas em vidas.

Definir o conceito de documentário é mais difícil do que se parece, já que documentar algo é muito mais amplo do que um conceito que o limita. Nichols coloca o documentário como uma representação do contexto e que pode ser contada de diferentes modos, que funcionam como uma constelação de valores e convenções, podendo serem modificados e agrupados em diferentes tipos de filmes documentários:

Modo Poético: busca trazer mais a emoção do que a informação, na busca de impactar o espectador com impressões visuais e artísticas. Geralmente, um documentário não consegue ser inteiramente poético.

Modo Observacional: a obra não tem a interferência da produção no dia a dia da história. Se “dona Maria” lava roupas todos os dias pela manhã, o produtor irá estar lá, de longe, sem mudar o rumo das coisas.

Modo Expositivo: sendo o mais tradicional dos seis, ele busca ser informativo, em terceira pessoa, contando aquela situação em voice over e guia o espectador com imagens e sons.

Modo Participativo: o documentarista é parte do que está sendo contado, ele interage com as personagens e é o narrador do que está sendo contado.

Modo Reflexivo: conta o processo de produção de todo o documentário, fazendo o espectador analisar se o que está vendo faz sentido e se é verídico.

Modo Performático: foge da objetividade, focando no subjetivo e nas emoções do cineasta com a expressão que se quer passar para aquela obra.

Nichols (2005, p. 209) passa dessa forma a definir todo e qualquer filme como um documentário, com todas as representações advindas da cultura presente dentro dos temas abordados em cada curta ou longa metragem. Porém, a única divisão feita é sobre aqueles de representação social, voltados para o que é real, e os de representação fictícia, voltados para a imaginação do espectador.

Ambos podem vir a se entrelaçar, de acordo com a intenção de cada documentarista, o que leva ao questionamento de quem assiste, da veracidade de uma cena fictícia dentro de um filme com fatos reais. O documentário é assim uma grande busca por mostrar a política e suas lutas nas questões sociais, sendo histórias contadas de diferentes formas de acordo com o local e contexto em que o documentarista vive. Um documentário pode dar identidade a um país conforme o que se conta.

“Sua história pertence ao futuro e aos esforços que ainda estão por vir e que ampliarão a tradição existente enquanto se esforçam para levar a cabo o mundo em que ainda temos de criar.” (NICHOLS, 2005, p.209)

Para um documentário ser contado, é necessário se ter uma estrutura de produção e roteiro estabelecido para a temática que será gravada. Segundo Puccini (2009, p. 174), toda a montagem se inicia com a análise do material filmado, tanto das imagens como dos sons captados.

“O estilo é facilmente associado à ampla difusão do mito de que o filme documentário exige apenas o gesto de ligar a câmera e alguma sensibilidade do cineasta para com aquilo que já existe, pleno de sentido, ao seu redor.” (PUCCINI, 2009. p. 176)

O documentário quer passar mais do que uma sensação, mais do que aquilo que acontece, ele quer romper com dilemas de uma sociedade. Isso porque, através dele, o que é escondido ou é omitido, passa a reluzir. A vida de um menino de 18 anos que não foi adotado, passa a ser algo muito mais vivo agora do que antes disso ter sido pronunciado.

Essa experiência audiovisual traz a vivacidade diante de nós.

3.1 DOCUMENTÁRIO JORNALÍSTICO

O documentário jornalístico configura-se como um formato audiovisual que articula apuração, narrativa e compromisso ético com a realidade social, com o objetivo da interpretação e da problematização de fatos e experiências. Segundo Nichols (2005, p. 54), o documentário organiza fragmentos do mundo histórico “numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética”, combinando informação, interpretação e narrativa crítica. Além disso, não se aprofunda na retratação de fatos como uma reportagem aprofundada, mas tem a ideia “de que o filme documentário não se constitui pela apresentação de um, digamos, ‘retrato’ total do tema que trata. O documentário tem a

particularidade de tratar aprofundadamente uma temática específica". (PENAFRIA, 1999, p. 24).

Nesse sentido, o documentário jornalístico não se limita à apresentação de dados ou acontecimentos, mas compreende processos sociais a partir das vozes ou trajetórias dos sujeitos envolvidos. O documentário organiza fragmentos do mundo histórico de modo a construir argumentos, sentidos e leituras possíveis da realidade e assume uma posição discursiva clara diante do espectador. Essa característica tem no papel do documentário, uma ferramenta de mediação entre experiências individuais e questões de interesse público.

No campo do jornalismo, o documentário se diferencia de produções ficcionais por seu compromisso com a apuração e com a responsabilidade social de trazer dificuldades de um local específico. Eduardo Coutinho destaca em seus produtos que o documentarista não “revela verdades absolutas”, mas cria condições para que o real se manifeste por meio do encontro entre câmera e personagem, com a valorização do relato, da memória e da experiência vivida. Assim, o documentário jornalístico torna-se um espaço privilegiado para dar visibilidade a grupos silenciados e suas narrativas contribuem para a compreensão crítica de políticas públicas, práticas institucionais e dinâmicas sociais.

4 METODOLOGIA

O propósito deste estudo consistiu em analisar os desafios enfrentados por adultos não adotados na cidade de Curitiba. Articulada em duas técnicas principais, a pesquisa trata de ser uma pesquisa documental oral em entrevista em profundidade com os indivíduos que passaram por essa situação e a análise de conteúdo de três documentários: “O que o destino me mandar”, “Todos Nós Cinco Milhões” e “Passaporte Húngaro”.

A escolha da análise de conteúdo como métodos de investigação fundamentada em Bardin (2011) visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo dos documentários analisados, indicadores que afirmem conhecimentos relativos às condições de produção de um produto.

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2011, p. 47).

A pesquisa busca ser de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2006, p. 115), se adequa à essa busca ao compreender fenômenos, a partir da vivência e do discurso. A pesquisa exploratória tem a finalidade de ter uma maior familiaridade com o problema que está sendo abordado, tornando-o mais explícito para as pessoas. Em contrapartida, pesquisas descritivas observam, registram, analisam e correlacionam fatos.

A principal abordagem será a pesquisa de campo com entrevistas em profundidade com técnicas do jornalismo com essas pessoas, que traz da visão do que eles passaram possíveis problemas que a própria pesquisa possa não ter analisado. Essa técnica busca por meio da subjetividade de cada experiência, narrativas de vida e compreender significados dessa realidade.

“A entrevista em profundidade é um instrumento por excelência da pesquisa qualitativa, pois permite compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, captando não apenas o que dizem, mas como dizem e o contexto em que isso é dito.” (MINAYO, 2006, p. 115)

Eduardo Coutinho valorizava as técnicas de apuração, entrevistas, produção e edição e que seguiram como referência técnicas para a produção desse documentário. O documentarista tratava de histórias com dificuldades presentes, sem deixar o espectador fugir disso com muitas cenas de cobertura. Este método de linguagem mais dura norteou esse

documentário “Deixados Para Trás”, em que há apenas os depoimentos dos entrevistados, com apenas uma cena de cobertura, que foi usada para ajustar um corte brusco na edição.

“O cinema de Eduardo Coutinho escancara o caráter de discurso que os documentários "sociológicos" se esforçaram por ocultar. Sobretudo porque seus filmes não falam de fora, mas de dentro da relação do cineasta com os personagens que retrata. É desfeita a distância entre sujeito e objeto do conhecimento que legitimava o saber dos primeiros documentários e que ainda impregna o espírito de parte da produção do gênero. Mais radicalmente, Eduardo Coutinho não filma para produzir conhecimento no sentido conceitual. A própria ausência de trilha sonora reforça esse sentido, à medida que o som de fundo ameaça instaurar uma atmosfera emocional ditada pela montagem.” (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 126)

O foco é na trajetória dos não acolhidos. Sendo assim, indivíduos de qualquer gênero, etnia e idade poderão ser entrevistados, tendo como único caráter exclusivo terem passados por instituições em Curitiba ou região. Esse mesmo critério foi utilizado nas entrevistas com especialistas da área, atuantes nos projetos.

As entrevistas em profundidade foram utilizadas como técnica principal de coleta de dados qualitativos, pois permitem ao entrevistado explorar suas vivências de forma ampla, trazendo percepções subjetivas, memórias e interpretações pessoais sobre o abrigo e o desligamento institucional.

A primeira etapa consistiu em conversas com duas especialistas da área que atuam há anos nos processos de adoção e com instituições de acolhimento. A partir disso, surgiram os primeiros nomes para a realização de entrevistas.

Os participantes foram selecionados por amostragem intencional, com avaliação da idade em que ocorreu a saída das instituições. Foram entrevistados três adultos (dois homens e uma mulher) que viveram em unidades de Curitiba e Região Metropolitana e que não foram adotados até completarem 18 anos, além de quatro profissionais atuantes no sistema: um coordenador institucional, uma psicóloga, uma assistente social e uma coordenadora de república.

A escolha desses participantes contemplou tanto as experiências individuais dos não adotados quanto o olhar técnico das equipes responsáveis. O contato ocorreu por meio de indicações dos especialistas e dos primeiros contatos, todos via mensagem de WhatsApp, além de uma conversa prévia após o primeiro contato, que ajuda na visualização do personagem e do especialista, com uma pluralidade de vozes com dever ser a produção documental em jornalismo.

Os participantes receberam informações sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Apêndice C). As entrevistas

seguiram roteiros semiestruturados divididos em eixos temáticos, como: chegada, trajetória, vínculos afetivos, dificuldades, saída da entidade aos 18 anos, falta de suporte e percepções sobre autonomia e vida adulta (ver Apêndice A).

Com os profissionais, os temas abordados incluíram a importância da equipe técnica, condução na chegada das crianças, desafios institucionais, emocionais e o acompanhamento de acolhidos próximos ao desligamento.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em local de escolha do participante, com duração média de 40 a 60 minutos. Primeiramente, foi feita uma conversa para conhecer mais de perto as trajetórias e confirmar a participação no documentário. Todas as falas foram gravadas em áudio, com autorização prévia.

Na edição, foi feita toda a decupagem do material, sendo separada por relevância de temas para melhor elaboração do roteiro final. Na montagem, foi adotado o modo participativo de Bill Nichols (2005, p. 142) como o norteador do documentário, como mencionado anteriormente, visando deixar os próprios envolvidos com a história contá-la sem intervenção visível do jornalista, mas com a direção de perguntas orientadoras para que a técnica de entrevista jornalística apareça. Também foi usado o modo expositivo, ao se utilizar dados para o embasamento dos percursos de vida, colocados escritos em fundo preto, fundamentais para o embasamento no jornalismo.

Para a análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), o material foi dividido em três principais partes: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, foram selecionados os documentários que tinham relevância não só com o tema da adoção, mas com a ideia de pertencimento e identidade, conteúdos ligados à vida desses não adotados. Foram definidas categorias de caráter teórico, como por exemplo, identidade, tipo de documentários, segundo Bill Nichols, e pertencimento, caráter técnicos, como vinhetas, edição e efeitos visuais, junto de categorias emergentes dos próprios documentários como tema central, entrevistados e surgimento do nome.

Na exploração do material, a decupagem dos documentários visa a identificação de unidades de registro, como trechos ou recursos audiovisuais utilizados e unidades de contexto, com sequências narrativas. Cada trecho escolhido, é descrito de acordo com a narrativa, timecode, descrição, movimento de câmera e sonoplastia, além de ser colocada algumas observações específicas. Para sistematizar esse processo, elaborou-se uma tabela analítica (Apêndice B), na qual cada linha representa uma cena ou recurso analisado

Por fim, no tratamento dos resultados, observou-se, a partir da tabela, padrões narrativos e técnicos comuns nos três documentários analisados, que serão descritos no capítulo Análise (5).

Desta forma, o trabalho da metodologia empregada é integrar a pesquisa midiática de documentários relacionados ao tema, aliada de relatos individuais coletados, de forma ampla, para a realização de um produto documental jornalístico sobre a vida desses não adotados. Por conta disso, a utilização de fontes primárias e secundárias serão utilizadas para maior valorização dessas histórias.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA

Diante de um tema como os não adotados na maioria, acabamos vendo e sentindo mais do que apenas um imaginário, como é em um livro, nós conseguimos ver os protagonistas. Esse formato audiovisual transforma, através de uma imagem, o nosso olhar sobre o mundo, pode nos fazer entender o que é realmente passar por uma situação, na qual nós não conhecemos. O documentário traz vida para uma dor, como define Figueiredo e Lins (2015, p. 207), que “por suas especificidades, os suportes digitais tanto provocam novas formas narrativas quanto oferecem ao narrado possibilidades inéditas”.

O documentário pode ser rico em informação, mas ele é mais rico ainda ao traçar o caminho da história que a personagem selecionada passou, ao contar sobre sua vida, em que dados complementam os fatos que aquele ser humano enfrentou. Esse estilo de audiovisual jornalístico também tem ganhado destaque com diversos produtos crescendo em visualização, como a Primeira Página: Por Dentro da BBC Persa (2023), feita pela BBC, O Caso Escola Base (2022), da Globoplay, documentário “Endangered” (2022), da HBO, para conseguir trazer a memória. E são esses temas que, através de um documentário podem vir a ser retratados e aderidos de forma rápida pelo público, às vezes até como forma de entretenimento.

Essas conquistas chegam até na maior premiação de filmes: o Oscar. Com premiações de melhor documentário de longa-metragem para filmes como: 20 dias em Mariupol (2024) - de Mstislav Chernov, Raney Aronson-Rath, Michelle Mizner, Navalny (2023) - de Odessa Rae, Summer of Soul (2022) - de Questlove, entre outros que já ganharam o tão requisitado troféu.

Com isso, a proposta é que desse meio de comunicação, saiam histórias que nos lembremos dos rostos de quem as conta, do jeito de falar, da simplicidade de pessoas que

viveram uma vida muito diferente do comum. Muitos compartilham de uma vida sem o básico para uma criança: um pai e uma mãe. Dessa forma, o documentário quer olhar nos olhos desses agora adultos e mostrar sua superação.

4.2 MATERIAIS QUE INSPIRAM O TCC

O documentário “Adoção tardia, nunca é tarde para amar”, produzido pela TV Justiça, que aborda a adoção de adolescentes e incentiva a adoção de maiores de 8 anos. O documentário “Fé não fingida”, publicado pela Poder de Deus, não possui ligação com a temática da adoção, mas retrata o cenário das chamadas “senhoras do coque” de igrejas evangélicas. A forma como é retratado o percurso de vida, em que o personagem conta a sua vida, medos, escolhas foi uma das inspirações para contar o documentário jornalístico da forma escolhida, já que contam experiências de vida.

5 ANÁLISE

Este capítulo dedica-se a explicar como será feita a análise dos dados obtidos neste trabalho. Para isso, a interpretação dos resultados foram separados por filme, assim cada documentário terá a análise de elementos técnicos, teóricos e emergentes de cada filme. A tabela de categorização utilizada na análise de conteúdo está apresentada no Apêndice B.

5.1 O QUE O DESTINO ME MANDAR (ÂNGELA BASTOS)

O documentário produzido pela jornalista Ângela Bastos, de 59 minutos, trata sobre crianças e adolescentes abrigados no Brasil, mas com uma circunstância peculiar, todos os entrevistados que vivem na unidade de acolhimento possuem HIV.

A obra audiovisual apresenta uma narrativa com as seguintes palavras-chaves: adoção/ HIV/ abrigo/ abandono. E tem como surgimento do nome, a fala do menino habitante da instituição que diz que quando crescer, quer ser “o que o destino me mandar”.



FIGURA 2: Cena do menino que dá nome ao documentário “O que o destino me mandar”.
(Fonte: frame do documentário “O que o destino me mandar”)

Os entrevistados são variados, sendo que as crianças têm diversidade de sexo e etnia, mas as especialistas são mulheres. Os temas identidade e pertencimento são trabalhados

pela vida na entidade, já que os entrevistados ficarão ali até os 18 anos, por possuírem um vínculo familiar desestruturado ou pelo preconceito pela doença da AIDS. Muitos ali, sentem falta da família e à procura de um lar se apegam facilmente aos que estão ao seu redor, como se estivessem à procura de um lugar para estar.



FIGURA 3: Cena da conselheira tutelar conversando com as crianças sobre suas famílias.
(Fonte: frame do documentário “O que o destino me mandar”)

Na parte técnica, seguindo os tipos de documentários definidos, o longa se utiliza do modo observacional, expositivo e participativo, já que a presença da jornalista é aparente em diversas cenas com perguntas, há a presença de dados relacionados a abandonos e adoções e há momentos que Ângela prefere se abster da cena e deixar apenas o entrevistado falar. Na FIGURA 3, observa-se com maior propriedade a presença forte da jornalista e a preservação de identidade das crianças, que não têm seus nomes citados e, em muitos casos, são gravadas de costas ou com sombras. Além disso, a montagem do filme é simples, utilizando-se em muitas cenas de planos médios e detalhes, com regra dos terços e paleta neutra na coloração.

Na sonoplastia, o documentário foca nas falas, preservando o silêncio em alguns momentos para trazer o peso necessário ao momento, sem muitas músicas. A vinheta foi feita após a fala que dá nome ao filme, com divisão de tela, em que na parte de cima aparecem cenas das crianças e embaixo da instituição, mostrando a vida incompleta sentida por essas crianças.



FIGURA 4: Cena da participação jornalística no documentário “O que o destino me mandar”.
(Fonte: frame do documentário “O que o destino me mandar”)

5.2 TODOS NÓS CINCO MILHÕES (ALEXANDRE MORTAGUA)

O documentário produzido pelo diretor Alexandre Mortagua, de 1h27 minutos, trata sobre a relação dos filhos com os pais que os abandonaram ou não criaram, já que, no Brasil, cerca de 5,5 milhões de brasileiros não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, número que gerou o nome do filme. O longa-metragem apresenta uma narrativa com as seguintes palavras-chaves: relação com o pai / pensão / abandono.

Os entrevistados são, especialmente, mulheres, mas a aparição masculina da trama é a do pai que abandonou seus filhos e a cena fictícia do filho encontrando o pai que não o criou. O filme trabalha a identidade de total separação do vínculo paternal, uma vida de adaptação e amadurecimento rápido, diante das dificuldades, além do pertencimento ao vínculo familiar da mãe.

Isso, também é mostrado na vinheta com trilha da música “Tchau, Regina”, composta pelo artista Nill, que mostra cenas da infância e do parto das crianças com as mães. Na sonoplastia como um todo, é utilizado sons ambientes e urbanos, bem marcados nas cenas de performance para delimitar o espaço que está sendo encenado, mas nas entrevistas, mantém-se apenas as falas.



FIGURA 5: Cena com regra dos terços em “Todos nós Cinco milhões”.
(Fonte: frame do documentário “Todos nós Cinco milhões”).

Em relação ao modo de filmagem, é utilizado uma edição mais avançada com J-cut, plano fechado, com regra dos terços e imagens panorâmicas. Enquanto as personagens falam, há um tom mais frio e sem saturação da imagem e, a principal característica, é a mistura da história real e fictícia, que se alternam e se complementam, representando o modo participativo e performativo.. A ideia de utilizar esses efeitos foi a ideia de proximidade com o telespectador e de deixar mais claro as sensações e emoções que os entrevistados passaram.

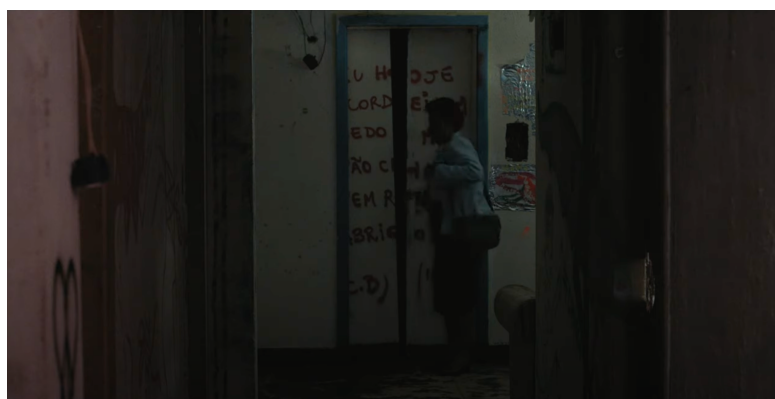


FIGURA 6: Cena de caráter performático no documentário “Todos nós Cinco milhões”.
(Fonte: frame do documentário “Todos nós Cinco milhões”).

5.3 PASSAPORTE HÚNGARO (SANDRA KOGUT)

O documentário de Sandra Kogut, de cerca de 1h11 minutos, trata da busca pelo passaporte de cidadania húngara de uma cineasta brasileira, moradora de Paris, e dos entraves para validar a cidadania de seus avós. O filme apresenta uma narrativa com as seguintes palavras-chaves: Processo do passaporte / identidade / pertencimento.

Os entrevistados são funcionários do governo que passam informações necessárias para a obtenção do passaporte, junto dos avós que contam sua chegada aos países fora da Hungria. A identidade está muito ligada ao pertencimento familiar que a cidadania húngara gera, de pertencer ligada aos seus avós.



FIGURA 7: Cena de uma das avós no documentário “Passaporte Húngaro”.
(Fonte: frame do documentário “Passaporte Húngaro”).

A filmagem utilizada é uma edição edição mais caseira – estilo vlog, gravado em primeira pessoa – como se nós fossemos a personagem da história, focando em planos médios e com movimentos de câmera na mão, seguindo a regra dos terços e mantendo uma coloração em tom mais quente, como simbolismo de algo mais próximo. Vale salientar que em nenhum momento a protagonista revela sua imagem, apesar de ter uma participação ativa em todo o documentários com interrupções, comentários, perguntas e traz uma maior humanização e veracidade para as telas. O principal motivo de seguir esse conceito é mostrar como ela está em busca de sua identidade e só aparecerá ao encontrá-la.

5.4 DISCUSSÃO DA ANÁLISE

Diante dessas percepções, o objetivo da análise consiste em compreender de que forma os documentários *O Que o Destino me Mandar* (2009), *Todos Nós Cinco Milhões* (2019) e *Passaporte Húngaro* (2001) abordam temáticas convergentes com o objeto desta pesquisa, no formato audiovisual, e de que maneira tais abordagens se articulam com as entrevistas em profundidade realizadas. A análise, conduzida a partir do modelo proposto por

Bardin (2011), foi organizada em três blocos principais: caráter teórico, caráter técnico e caráter emergente do próprio documentário.

Em relação ao caráter teórico, analisaram-se os eixos temáticos da identidade e do pertencimento, bem como o modo de representação documental, seguindo a tipologia proposta por Nichols (2005). Os resultados indicam o predomínio do modo participativo em nos três filmes analisados.

Essa aproximação metodológica orientou a condução das entrevistas, desenvolvidas em consonância com os princípios do modo participativo descrito por Nichols (2005, p.142), especialmente no que diz respeito à valorização do testemunho dos indivíduos, mesmo que haja pouca interferência do jornalista.

No que se refere aos eixos da identidade e do pertencimento, observa-se que tais temáticas atravessam as experiências de acolhimento institucional e estruturam as narrativas audiovisuais analisadas. As produções enfocam recorrentemente a centralidade das relações familiares, tanto na vivência do pertencimento quanto na experiência da ausência ou fragilização dos vínculos. Dessa forma, evidencia-se que a vivência institucional ocupa lugar fundamental na construção da identidade dos sujeitos representados.

Quanto ao caráter técnico, foram analisados os elementos de abertura (vinhetas), os tipos de planos, a sonoplastia, os procedimentos de edição e os efeitos visuais. Os documentários analisados caracterizam-se por uma montagem orientada pela organização linear das trajetórias, com uso restrito de efeitos visuais e economia no emprego de recursos sonoros. Tal escolha estética revela a opção por uma linguagem de caráter sóbrio, que busca evitar a sobreposição do discurso técnico às narrativas dos sujeitos. As vinhetas igualmente se apresentam de forma simples, evitando a centralidade do dispositivo de edição e privilegiando a visibilidade dos personagens. Nesse sentido, evidencia-se a adoção de um estilo de caráter minimalista, orientado pela valorização da presença dos sujeitos e de seus contextos.

Além disso, há a predominância de planos médios e fechados, que operam como estratégia de aproximação simbólica entre personagem e espectador. Essa escolha favorece a leitura de microexpressões, pausas e silêncios, elementos fundamentais na construção do sentido documental. Conforme aponta Bardin (2011, p. 39), a análise de conteúdo permite ultrapassar os significados manifestos das mensagens e acessar seus sentidos implícitos. No contexto desta pesquisa, tal pressuposto se evidencia na centralidade dos gestos, dos silêncios e das expressões faciais como elementos comunicacionais que extrapolam o nível do discurso verbal.

No que se refere ao caráter emergente dos documentários, foram examinados o eixo temático central, o papel atribuído ao jornalista, o processo de nomeação das obras e o perfil dos entrevistados, compreendidos como elementos constitutivos da identidade audiovisual das produções analisadas. Embora os filmes não apresentem temáticas idênticas, observou-se que cada um deles contribui com fragmentos complementares para a compreensão do fenômeno investigado neste trabalho. As dimensões da adoção, da relação com a família de origem e da construção do pertencimento articulam-se como elementos que atravessam todos os filmes citados. A atribuição de títulos operam como chaves interpretativas do conteúdo desde os minutos iniciais das obras. Paralelamente, verifica-se a baixa centralidade do jornalista enquanto figura narrativa, com exceção relativa de *Passaporte Húngaro*, ainda que sua presença não se dê de forma visual explícita.

A adoção desse modelo contribui para a compreensão de um regime de visibilidade no qual o jornalista não ocupa a posição de personagem central, mas atua como mediador do relato. Tal escolha dialoga diretamente com a proposta estética do produto *Deixados Para Trás*, que busca evidenciar as narrativas dos próprios sujeitos que atravessaram a experiência do acolhimento institucional, atribuindo ao jornalista o papel de organizador do discurso.

Observa-se, ainda, que os sujeitos entrevistados não são reduzidos à função de fontes informativas, mas ocupam a posição de agentes centrais na construção da narrativa. A condução das entrevistas evidencia uma estrutura que dificulta a substituição ou a supressão dos depoimentos sem prejuízo à coerência da obra, o que revela a solidez da organização do roteiro e das estratégias de entrevista. Tal característica demonstra a articulação entre a dimensão técnica e a dimensão expressiva da narrativa documental, estruturando o relato a partir das experiências vividas.

Assim, a análise das obras examinadas reforça a centralidade da roteirização como instrumento de organização da narrativa e de fluidez na etapa de edição, sobretudo na articulação entre respostas, situações e temas emergentes. As tramas analisadas evidenciam as lacunas deixadas pela ausência ou fragilização dos vínculos familiares na constituição das identidades dos sujeitos. Nesse sentido, os documentários analisados contribuem para explicitar a complexidade da busca por pertencimento em contextos marcados pela ruptura de vínculos, dimensão que se aproxima da experiência vivida por adultos não adotados, eixo central do documentário *Deixados para Trás*.

A partir dos achados desta pesquisa, é possível afirmar que as representações audiovisuais analisadas não apenas ilustram experiências individuais, mas colocam as dificuldades sobre como o acolhimento institucional e o desligamento aos 18 anos são

compreendidos. Os resultados confirmam a insuficiência de políticas públicas voltadas à preparação para a autonomia, ao mesmo tempo em que revelam lacunas na visibilidade social das trajetórias de adultos não adotados.

Em diálogo com o referencial teórico, os documentários analisados operam como dispositivos de produção de memória e reconhecimento social, o que se conecta com a perspectiva de análise de conteúdo de Bardin (2011), ao evidenciar que as narrativas emergem tanto do conteúdo verbal quanto das escolhas do audiovisual. Convergem com o pensamento de Nichols (2005, p. 153), ao se ter a predominância do modo participativo e a presença pontual do modo expositivo, que não são apenas escolhas estéticas, mas estratégias discursivas que organizam a autoridade da narrativa e deslocam o jornalista para uma função de mediação.

Destaca-se, contudo, que esta pesquisa apresenta limitações. A análise concentrou-se em três obras audiovisuais específicas e em um número restrito de entrevistas realizadas na cidade de Curitiba e região, o que não permite a generalização dos achados para o conjunto das experiências de egressos do sistema de acolhimento no Brasil. Ademais, a natureza qualitativa da investigação implica a presença de interpretações situadas, ainda que fundamentadas teoricamente. Isso porque, segundo os próprios entrevistados, a realidade de muitos que saem das instituições é o convívio na rua e em situações de vulnerabilidades sociais, que não foram totalmente abordadas no presente recurso audiovisual.

Do ponto de vista prático, os resultados apontam para a necessidade de ampliação de políticas públicas de acompanhamento pós-desligamento, fortalecimento de programas de moradia transitória, como as repúblicas para jovens, e expansão de estratégias de apadrinhamento afetivo. No campo da comunicação e do jornalismo, os achados reforçam o potencial do documentário como instrumento de visibilização de grupos historicamente marginalizados e como dispositivo de mediação entre experiência individual e debate público.

Dessa forma, a discussão dos resultados permite compreender que o produto audiovisual desenvolvido neste trabalho não se limita a um registro das realidades vivenciadas pelos sujeitos, mas se insere como intervenção simbólica no campo do jornalismo e das políticas de infância e juventude, ao problematizar a ausência de suporte estrutural no momento de transição para a vida adulta.

6 DELINEAMENTO DO PRODUTO

6.1 NOME, PÚBLICO-ALVO, ENTREVISTADOS

O nome “Deixados para Trás” surge a partir da compreensão de que os sujeitos acolhidos não apenas permanecem fora dos processos de adoção, mas também são frequentemente negligenciados em sua formação social, emocional e cidadã enquanto indivíduos em desenvolvimento. As marcas do abandono, os traumas decorrentes da ruptura familiar e as fragilidades das políticas de acompanhamento estruturam o sentido simbólico do título, que sintetiza a experiência de invisibilização vivida por estes indivíduos. O público-alvo compreende a sociedade adulta em geral, especialmente formuladores de políticas públicas, profissionais da rede de proteção social, estudantes das áreas de comunicação, serviço social, psicologia e direito, bem como cidadãos interessados na temática. O documentário busca sensibilizar e promover reflexão crítica sobre a responsabilidade coletiva na construção de políticas mais efetivas. Em segundo plano, o produto também se dirige aos próprios jovens em situação de acolhimento, possibilitando que se reconheçam em trajetórias semelhantes e encontrem referências de vida e pertencimento. Os entrevistados são três adultos maiores de 18 anos que passaram por instituições de acolhimento e, atualmente, residem em Curitiba e Região Metropolitana, seja em repúblicas assistidas ou residências próprias, sendo dois homens (33 e 35 anos) e uma mulher (20 anos). Além desses, participam especialistas da área, vinculados às instituições de acolhimento.



FIGURA 8: Logo do documentário Deixados Para Trás.
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

6.2 DESCRIÇÃO

O documentário audiovisual jornalístico “Deixados para Trás” possui duração aproximada de 51 minutos, além de uma versão reduzida de 29 minutos e é estruturado a partir de entrevistas em profundidade com adultos residentes em Curitiba que passaram por serviços de acolhimento institucional sem terem sido adotados, complementadas por falas de especialistas que contextualizam aspectos sociais, psicológicos e institucionais das experiências relatadas. O documentário evidencia os desafios enfrentados no processo de emancipação, decorrentes de fragilidades familiares, lacunas nas políticas públicas e vulnerabilidades individuais. A escolha do formato audiovisual busca intensificar a proximidade com o espectador, por meio da valorização das expressões faciais, da entonação das vozes e do silêncio como recurso narrativo. A sonoplastia privilegia o som direto e a preservação de pausas e silêncios durante os depoimentos, compreendidos como elementos discursivos que revelam a angústia, a memória e os afetos dos participantes. Você pode assistir as duas versões nos links disponibilizados (Apêndice D).

6.3 ESTRUTURA, TEMA E FORMATO DO DOCUMENTÁRIO

O documentário é conduzido, predominantemente, a partir dos modos participativo e expositivo, conforme a tipologia proposta por Nichols (2005, p. 153). O modo participativo se manifesta ao permitir que os entrevistados testemunhem suas histórias com a condução de perguntas visíveis ou invisíveis ao público. Já o modo expositivo está presente na inserção de dados, pesquisas e informações institucionais que sustentam o argumento central da obra.

“Este modo agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética. O modo expositivo dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história. Os filmes desse modo adotam o comentário com voz de Deus (o orador é ouvido, mas jamais visto), (...), ou utilizam o comentário com voz da autoridade (o orador é ouvido e também visto)....” (Nichols, 2005, p. 142)

O documentário retrata as trajetórias de jovens egressos das unidades de acolhimento e evidencia as dificuldades enfrentadas na inserção no mundo do trabalho, na continuidade dos estudos e na conquista da autonomia financeira. Também aborda a preparação institucional para esse desligamento e a fragilidade dos mecanismos de apoio pós-acolhimento. O modo como as histórias são apresentadas, prioriza a humanização das narrativas, construindo um

percurso que evidencia tanto as vulnerabilidades quanto às estratégias de superação. O filme possui versão final com duração aproximada de 51 minutos. A linguagem adotada é simples e clara, de acordo com a oralidade dos participantes. Não há narrador externo, e a condução da narrativa se dá integralmente por meio das falas dos próprios entrevistados e das imagens de seu cotidiano, o que garante centralidade às suas experiências.

6.4 GRAVAÇÃO E EDIÇÃO

As gravações foram realizadas nas residências dos entrevistados ou em seus locais de atuação profissional, tanto dos participantes quanto dos especialistas. Utilizou-se uma câmera Sony ZV-E10, posicionada em tripé fixo durante as entrevistas, associada ao microfone de lapela. As imagens foram captadas em resolução 4K, a 24fps, com a aplicação da regra dos terços na composição dos enquadramentos. A edição é estruturada a partir da alternância entre depoimentos e a inserção de dados informativos sobre a temática. Optou-se por uma edição sóbria e limpa, sem utilização de efeitos visuais excessivos, com o objetivo de preservar a centralidade das narrativas. A correção de cor foi orientada por uma paleta de tons azulados e saturação reduzida, com a finalidade de reforçar visualmente a densidade emocional dos relatos. A coloração foi realizada no software DaVinci Resolve 20.0, enquanto a edição e os elementos gráficos foram desenvolvidos no Adobe Premiere Pro 2025. A trilha sonora é utilizada de forma pontual, priorizando o som ambiente como elemento de realismo e fidelidade ao cotidiano retratado. As músicas utilizadas apresentam caráter emocional moderado, com tons reflexivos e esperançosos. As versões finais do documentário estão disponíveis na plataforma YouTube, devido ao seu amplo alcance, facilidade de compartilhamento e potencial de democratização do acesso.

6.5 CRONOGRAMA E ORÇAMENTO

Março	• Início semestre 2025.1; • Estudo bibliográfico: analisar informações e dados para organizar os primeiros passos e entrevistas • Estudo da linguagem do documentário, pegar referências para a melhor abordagem do conteúdo audiovisual • Mapeamento sobre o perfil dos não adotados
-------	---

Abril	• Primeiro contato com as instituições de acolhimento de Curitiba • Início documento escrito aprofundado do TCC1
Maio	• Escrita TCC 1
Junho	Entrega do TCC 1 e realização da pré-banca.
Julho	• Recesso. • Contato com as repúblicas de acolhimento de Curitiba e fontes especialistas • Planejamento do roteiro e da linguagem visual adotada
Agosto	• Início do período 2024.2; • Montagem da identidade visual, como lower thirds, imagens... • Início da busca pelas fontes
Setembro	• Gravações e entrevistas • Montagem do documento escrito
Outubro	• Gravações e entrevistas • Edição e coloração do vídeo, além da adição dos materiais gráficos de animação
Novembro	• Edição final; • Finalização do documento escrito • Entrega TCC 2
Dezembro	• Realização da banca • Fim do segundo semestre

Descrição	Valor
Compra de microfone lapela para as entrevistas	R\$ 482,00
Macbook Pro	Pessoal
Transporte para instituições de acolhimento e entrevistas	R\$ 300,00
Câmera ZVE-10 Mark I	R\$ 4.400,00

7 CONCLUSÃO

Para responder à questão norteadora desta pesquisa, se “de que forma o documentário jornalístico pode dar visibilidade às trajetórias de adultos não adotados e auxiliar instituições de acolhimento na compreensão das lacunas existentes no processo de transição para a vida adulta?”, fez-se necessária a realização de entrevistas jornalísticas, capazes de trazer mais do que os documentos oficiais expressam para acessar as experiências dos sujeitos envolvidos. No plano teórico, observa-se que as políticas públicas apresentam diretrizes estruturadas, com fluxos definidos e previsão de etapas no atendimento institucional.

Entretanto, a aproximação com as trajetórias de vida evidenciou que a implementação dessas ações ocorre de maneira generalizada, sem a devida consideração das vulnerabilidades individuais e dos marcadores sociais que atravessam cada percurso de vida. Verificaram-se lacunas na preparação emocional, social e prática dos adolescentes para o momento do desligamento institucional. Ainda que existam propostas formais de moradias transitórias, como as repúblicas para jovens, tais iniciativas não alcançam a totalidade dos sujeitos que delas necessitam, o que amplia as situações de desproteção.

Um dos pontos mais sensíveis apontados pelos entrevistados refere-se ao retorno à família de origem, muitas vezes realizado sem que tenha havido preparação prévia ou acompanhamento técnico adequado. Observou-se que parte dos egressos retorna, aos 18 anos, a contextos familiares que reproduzem as mesmas condições de vulnerabilidade que motivaram o acolhimento inicial, o que fragiliza os processos de reinserção social.

A partir das informações analisadas seguindo preceitos do jornalismo, foi possível constatar que as ações governamentais e as práticas institucionais, na forma como atualmente são executadas, não se mostram suficientes para garantir o pleno desenvolvimento desses sujeitos na transição para a vida adulta. Evidencia-se a necessidade de fortalecimento de políticas de acompanhamento pós-desligamento, com atenção especial aos primeiros anos após a saída das instituições, sobretudo nos casos de retorno à família de origem.

Como limitação deste estudo, destaca-se o fato de a pesquisa ter se concentrado em em um número reduzido de participantes, o que não permite a generalização dos resultados. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento em trajetórias de sujeitos com necessidades específicas, como pessoas com deficiência ou demandas complexas de cuidado, cujas experiências tendem a evidenciar ainda mais as fragilidades do sistema de proteção. Reconhece-se, ainda, que tais sujeitos não foram aprofundados no produto audiovisual, de

modo a preservar o foco temático central deste trabalho, o que não elimina a relevância de estudos futuros sobre esse grupo.

No âmbito do produto jornalístico, o documentário desenvolvido optou por priorizar as experiências de adultos não adotados, compreendidas como centrais para a problematização da temática proposta. Tal escolha metodológica buscou evitar a dispersão analítica e manter a coerência narrativa, reconhecendo, contudo, a existência de múltiplas camadas de complexidade que atravessam o campo do acolhimento institucional.

Assim, o presente trabalho buscou não apenas registrar trajetórias marcadas por rupturas, mas também contribuir para a ampliação do debate público sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade na garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Compreende-se que as narrativas aqui apresentadas não se encerram na exposição da dor, mas evidenciam a permanência de projetos de vida, resistências cotidianas e possibilidades de reconstrução. Ao tornar visíveis essas trajetórias, o documentário e a pesquisa escrita se propõem a colaborar para uma compreensão mais ampla e sensível das experiências de adultos que passaram pelo acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA INTERNACIONAL DO CINEMA. História do Cinema: da sua origem aos dias de hoje. Atualizado em 12 abr. 2024. Disponível em: aicinema.com.br/historia-do-cinema-da-sua-origem-aos-dias-de-hoje/. Acesso em: 30 mar. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. “Busca ativa amplia perfil para adoção de crianças e adolescentes.” Publicado em 03/11/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/busca-ativa-amplia-perfil-p-ara-adocao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 24 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Ângela. O QUE O DESTINO ME MANDAR. Documentário. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_2GEsmfBIFs. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052020.pdf. Acesso em 01 de dez. de 2024.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília; CONANDA e CNAS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jan. 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-529395-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CAMARGO, Mário Lázaro. Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). 2005. 268 f. - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/138a5e13-27ed-40de-9598-025aaaeb604b/content>. Acesso em: 05 abr. 2025

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA) e CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CONANDA e CNAS no 1/2006. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, CONANDA e CNAS, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_direitocrianças.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 out. 2025

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Entrega Responsável para Adoção*. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202109/29161414-entrega-responsavel.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2025.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1.

D'ORNELLAS, Leandro Sarmiento. *Acolhimento Institucional no ECA: teoria e prática*. Jusbrasil, 28 set. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acolhimento-institucional-no-eca/141547875>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FIGUEIREDO, C. D. LINS, G. A. Webséries ou séries na web? Uma discussão a partir da noção de interação. *Revista GEMInIS: Grupo de Estudos sobre Mídias Interativas em Imagem e Som*, ano 6, n. 1, p. 205-223, 2015. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/226/197>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 125–138, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/FWGjkZbNxJ3r7YFy4SgZ3Bj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de dez. de 2025.

GERAÇÃO AMANHÃ. **Minha vida fora dali**. São Paulo: Geração Amanhã, jan. 2021. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2021/01/minha-vida-fora-dali.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: Direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://direitouninovest.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/direito-civil-brasileiro-2012-vol-1-parte-geral-carlos-roberto-gonc3a7alves.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025

GOVERNO DE PERNAMBUCO. *Sobre o cotidiano dos serviços de Acolhimento Institucional*. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Direitos Humanos – SIGAS-PE, 2021. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/12222021104543-texto.3.cotidiano.nos.servicos.de.acolhimento.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática – com comentários à Nova Lei da Adoção (Lei 12.010/2009)*. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.

KOGUT, Sandra. PASSAPORTE Húngaro. Produção: Videofilmes. Brasil, 2001. Documentário. Disponível em: <https://www.primevideo.com/detail/0IKHMXUSJ6T7MM9E21WBUYIUP1>. Acesso em: 25 set. 2025.

MALTA, Deborah Carvalho et al. **Características da violência praticada contra crianças no Brasil e fatores associados**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e00572024, 2025. DOI: 10.1590/1413-81232025302.00572024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). Passo a passo da Adoção. Paraná. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Passo-passo-da-Adocao>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ). “O que se entende por adoção?”, sd. . Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/135969/Sobre_Adocao.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

MORTAGUA, Alexandre. TODOS NÓS CINCO MILHÕES. Documentário. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rmVJG9_7LQU. Acesso em: 25 set. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Queiroz Nascimento; DA ROCHA, Maria Vital. IGUALDADE ENTRE FILHOS ADOTIVOS E BIOLÓGICOS: DIÁLOGO ENTRE O DIREITO ROMANO E O DIREITO BRASILEIRO. *Duc In Altum-Cadernos de Direito*, v. 11, n. 25, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54693/1/2019_art_mvrocha.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025

NICHOLS, B. Introdução ao documentário. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas, Editora Papitus, 2005.

PAULA, Samyra. Programa de apadrinhamento: sua obrigatoriedade como complementação necessária para os programas de acolhimento. *Revista Jurídica ESMP-SP*, v. 15, p. 118–130, 2019. Disponível em: <https://share.google/hGRA5Gw9hfpDbS5uq>. Acesso em: 18 nov. 2025

PENAFRIA, Manuela. *O Filme Documentário, História, identidade, tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

PEREIRA, Núbia Marques. O processo de adoção e suas implicações legais. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1531/O+processo+de+adoção+e+suas+implicações+legais>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PUCCINI, Sérgio. *Roteiro de Documentário: da pré-produção à pós-produção*, Ago. 2009. p. 173-190. Disponível em: https://www.doc.ubi.pt/06/artigo_sergio_puccini.pdf. Acesso em: 08 mai. 2025

SANTOS, Ana Claudia Ramos; SOUZA, Rosa Li Coracini de. O projeto político-pedagógico: conceitos e significados na democratização da escola. In: CONGRESSO MERCOSUL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 10., 2015, Cruz Alta. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, 2015. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/O%20PROJETO%20POLITICO%20PEDAGOGICO%20CONCEITOS%20E%20SIGNIFICADOS%20NA%20DEMOCRATIZACAO%20DA%20ESCOLA.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SCAVACINI, L. de S., & Ferreira, L. de O. C. (2024). DA INFÂNCIA À MAIORIDADE: O DESTINO DOS JOVENS QUE ENVELHECEM EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO. *Revista Gestão E Conhecimento*, 18(2), e353. <https://doi.org/10.55908/RGCV18N2-008>. Disponível em: <https://ojs.revistagc.com.br/ojs/index.php/rgc/article/view/353>. Acesso em: nov. 2024.

SOUZA, J. J. Explorando o conceito de websérie documental: lacunas, características e definição. *Eikon journal on semiotics and culture*, 2020. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/eikon/article/view/785/593>. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível. São Paulo: Papirus, 2002, p 110.

APÊNDICE A - ROTEIRO DEFINITIVO VERSÃO ESTENDIDA

INTRODUÇÃO

SONORA DIORLEI (00'03"): Eu morei em uma instituição de acolhimento... // **0'54"**
Eu era vida louca naquela época.

TEXTO: TÍTULO: DEIXADOS PARA TRÁS: DESAFIOS DOS NÃO ADOTADOS DE CURITIBA NA MAIORIDADE

TEXTO: DADOS: SEGUNDO DADOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), EM 2025, EXISTEM 3322 ACOLHIDOS NO ESTADO DO PARANÁ. AO TODO, SÃO 2171 PRETENDENTES.

BLOCO 1: APRESENTAÇÃO E IDA PARA AS INSTITUIÇÕES

SONORA PAULO RICARDO (00'17"): Meu nome é Paulo Ricardo K. Afonso dos Santos. Eu tenho 33 anos e, hoje, eu atuo como educador social.

SONORA DIORLEI (00'58"): Meu nome é Diorlei Santos. Atualmente, tenho 35 anos. Atuo na ONG Passos da Criança, tá indo para 7 anos de atuação no Bloco Afro Pretinhosidade e outros projetos paralelos que me chamam para dar aula

SONORA JULIA (01'18"): Meu nome é Julia, tenho 20 anos. Tenho uma filha de seis anos. Atualmente, eu estou no segundo ano da faculdade de psicologia.

SONORA DIORLEI (00'59"): Eu saí de casa quando eu tinha 9 para 10 anos / **(01'41")**Na época relacionado à violência familiar, também. A minha mãe batia em mim e no meu irmão.

SONORA PAULO RICARDO (3'14"): Eu fui com dois anos...// **(4'02")** Minha mãe perdeu o pátrio poder e eu deixei de ver ela.

SONORA JULIA (2'53"): Bom, desde que eu saí dos três...// **(3'18")** Eu passei por situação de abuso.

SONORA MICHEL (5'10"): O menino que chega no acolhimento...// **(6'06")** São as pessoas que vão conduzir sua vida.

SONORA JORDANA (20'14"): Que os impactos do acolhimento...// **(21'03")** Perdas ali no desenvolvimento dela.

SONORA DIORLEI (04'17"): Eu tinha sido preso sete vezes...// **(05'08")** quando vi tava fumando crack./ Aí, entrei para a vida do crime e acabei sendo preso sete vezes, enquanto de menor.

SONORA JULIA (6'24"): Tinha acabado de fazer 14 anos...// **(7'58")** E, lá eu passei minha gravidez.

SONORA JORDANA (12'18"): As muitas quebras no desenvolvimento...// **(13'40")** Elas vêm com a roupa do corpo.

SONORA PAULO RICARDO (08'34"): A primeira instituição de acolhimento...// **(09'19")** Não podia mais ir me visitar.

SONORA DIORLEI (12'04"): Quase morri de overdose...// **(12'17")** Eu fiquei lá até sair minha vaga na chácara, daí fui pra chácara.

SONORA JORDANA (09'11"): É muito difícil separar que...// **(09'48")** Não é eles o problema.

SONORA JULIA (15'45"): Eu me sentia muito na posição de culpada...// **(17'02")** Então sempre foi a minha culpa.

SONORA PAULO RICARDO (10'15"): Eu cheguei no dia 20/05/2007...// **(10'43")** Foi a última que eu fiquei.

SONORA MICHEL (20'22"): Quando o menino chega, a gente vai avaliar...// **(22'34")** Me aproximar mais desse menino e fazer uma avaliação disso.

BLOCO 2: VIDA NA INSTITUIÇÃO

SONORA PAULO RICARDO (13'50"): Teve um processo de adoção...// **(14'31")** Se encerrou o processo ali mesmo.

SONORA JULIA (13'44"): Eles meio que tentaram desistir desse meu acolhimento...// **(14'29")** Quem dirá com uma adolescnete com uma criança junto.

TEXTO: SEGUNDO DADOS DE 2020 DO SITE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR), HÁ 265 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS. E APENAS 13 DOS 463 PRETENDENTES À ADOÇÃO ACEITAM CRIANÇAS COM MAIS DE 10 ANOS DE IDADE.

SONORA DIORLEI (20'18"): Essa minha mãe que foi minha madrinha...// **(20'56")** Me ajudou um monte mesmo./ **(21'08")** Nossa senhora, foi minha madrinha...// **(21'18")** Tem uma caminhada já, hein?

SONORA JULIA (15'48"): Fiquei três anos no Lar Batista...// **(18'03")** As coisas que eu aprendi.

SONORA MICHEL (19'12") : A gente começa a trabalhar com eles já uma inserção no mercado de trabalho.// **(19'47")** Daí, a gente vai conduzindo o trabalho de acordo com isso.

SONORA PAULO RICARDO (17'19"): Então quando eu completei 18 anos... // **(17'52")** Ele me deu a oportunidade de eu ser educador.

SONORA DIORLEI (32'28"): Eu completei 18 anos e eu tinha recém completado o supletivo de primeira a quarta série...// **(33'05")** É muito recente ainda. / **(33'26")** Você vai ficar aqui enquanto educador...// **(34'06")** Eu ia pra escola e continuei estudando.

SONORA JORDANA (32'18"): Quando chega bem perto... // **(33'32")** Eu agora dou conta.

SONORA JULIA (21'32"): Eu ficava: "Meu Deus, o que eu vou fazer agora da minha vida?"... // **(23'01")** Eu tive muito suporte assim, sabe?

BLOCO 3: SAÍDA DA INSTITUIÇÃO

SONORA PAULO RICARDO (23'42"): Quando um menino fazia 18 anos,... // **(24'21")** Fui morar com a minha mãe assim que eu saí.

SONORA LILIAN (01'18"): A gente enxerga a república...// **(01'35")** Sobre a vida deles.

SONORA JULIA (24'04"): Eu tive a oportunidade de ir para uma família acolhedora...// **(25'05")** De tão bom que era.

SONORA JORDANA (40'40"): A partir dos 14,...// **(42'13")** Essa é a fase que dá para errar.

TEXTO: DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO SITE DA PREFEITURA, A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAS) MANTÉM SETE REPÚBLICAS EM FUNCIONAMENTO EM CURITIBA, ALÉM DAS UNIDADES DE INICIATIVA PRIVADA.

SONORA ROSEANE (08'02"): O jovem é acolhido pela instituição...// **(9'06")** fazendo faculdade, né?

SONORA DIORLEI: (22'45") Meu pai, infelizmente, não pude conhecer ele...// **(24'18")** Meu pilar de não cair, é minha filha.

SONORA JULIA (29'14"): A vida adulta não é fácil...// **(30'12")** Você é maior de idade

SONORA JORDANA (12'18''): Eles têm muitas preocupações... // **(13'50'')** É muito complexo.

SONORA DIORLEI (28'23''): É o que eu tô tendo com minha família mais próxima...// **(32'15'')** Eu sempre tô nessa caminhada.

SONORA PAULO RICARDO (30'33''): Por ter passado por vários acolhimentos,...// **(31'48'')** A minha realidade e a da minha família.

SONORA ROSEANE (21'27''): A bagagem vem bem pesada... // **(20'18'')** Porque a relação que eles conhecem é essa do abuso.

SONORA JULIA(38'51''): Eu escutei assim que eu poderia repetir os passos...// **(39'18'')** Você pode aprender com isso e não repetir.

SONORA PAULO RICARDO (36'30''): Hoje, eu tenho a minha filha...// **(37'58'')** Pra vida adulta, né.

SONORA LILIAN E ROSEANE (15'05''): Quando eles estão lá na casa de acolhimento.. // **(17'23'')** A gente não vai dizer o que você tem que fazer, mas você tem que fazer.

SONORA JORDANA (20'18''): Mas, de forma geral, eu acho...// **(21'00'')** É não ter ninguém que perceba que você não chegou em casa.

SONORA LILIAN E ROSEANE (11'36''): E, apesar da gente colocar no projeto...// **(12'58'')** para morar sozinho.

SONORA JULIA (24'38''): Mas, um conselho... é acreditar que as coisas vão melhorar... // **(25'42'')** Ele não é e não vai ser determinante na minha vida.

SONORA PAULO RICARDO (48'04''): Olhar sim para o seu passado...// **(49'18'')** Mostrar para ela o quanto você progrediu.

SONORA DIORLEI (43'12''): Família é a base, família é a base, como eu peguei e falei...// **(45'33'')** Tem coisa para acontecer ainda.

TEXTO: SÃO 423 ADOLESCENTES, ACIMA DE 16 ANOS, QUE IRÃO SAIR DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO NOS PRÓXIMOS DIAS, MESES OU ANOS, SEGUNDO O CNJ, EM 2025. MUITOS NÃO CONSEGUEM SE ESTABELECEM NA VIDA ADULTA, COMO OS ENTREVISTADOS DESTE DOCUMENTÁRIO, E PASSAM POR NOVAS FORMAS DE VULNERABILIDADE. NEM TODOS CONSEGUIRÃO CONTAR SUAS HISTÓRIAS.

TEXTO: ELES NÃO PODEM SER DEIXADOS PARA TRÁS.

CRÉDITOS.

APÊNDICE B - MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categoria	Filme	Narrativa	Start	End	Descrição	Movimento de câmera	Som	Observação
Tema Central	O que o destino me mandar	Adoção / HIV / abandono/ abrigo	-	59:19:00	-	-	-	Trama voltada para crianças em instituições de acolhimento, em que todos elas possuem HIV e que o vínculo familiar é o maior benefício
	Todos nós, cinco milhões	relação com o pai / penso / abandono	-	01:27:57	-	-	-	Roteiro conta a história de abandono dos filhos da parte paterna, em que cinco milhões não possuem o pai registrado na certidão e como foi a criação da mãe
	Passaporte Húngaro	Processo do passaporte / identidade / pertencimento	-	01:07:32	-	-	-	Roteiro conta como a protagonista busca obter o passaporte húngaro e das dificuldades pelo caminho, mesmo com a nacionalidade de seus avós
Vinheta	O que o destino me mandar	Cenas de fotos rápidas da instituição com a tela dividida ao meio	07:54	08:00	-	Cenas passam metade da tela como se fosse um rolo de filme rodando e na outra metade é a imagem cortada ao meio, que sai com dissolução cruzada	Instrumental de flauta e som de relógio	A ideia da vinheta é mostrar o local onde as crianças ficam, mesmo que de forma rápida e tem como fator determinante a fala do menino que traz o nome do filme "O que o destino me mandar"
	Todos nós, cinco milhões	Imagens antigas de mãe tendo filho e infância	03:40	06:00	-	Cenas da infância e do parto, com tribo e apresentando a produção do documentário	"Tchau, Regina", composta pelo artista Nili	A vinheta mais longa segue o tamanho da tribo e mostra cena da criação dos filhos pela mãe
	Passaporte Húngaro	tela preta com nome do doc preto e branco	03:45	03:50	-	Vinheta simples de escrita sobre um fundo preto	Instrumental de clarinete	A fonte escolhida remete a uma máquina de escrever para mostrar essa questão do passado
Tipo de Documentário	O que o destino me mandar	Modo Observacional, Expositivo e Participativo	07:55 09:58 04:14 04:38 13:23 19:11	-	Observacional: Cena da menina que já é mãe contando que vai sair da instituição Expositivo: Dados relacionados a abandonos e adoções Participativo: jornalista Angéla Bassos perguntando e aparecendo em cena	Observacional: Planos abertos, fechados e detalhe na expressão das crianças, uso de sombras e das costas para preservar a identidade dos indivíduos Expositivo: cena em preto e branco com os dados Participativo: cena aberta apresentando em cena a jornalista e o entrevistado	-	
	Todos nós, cinco milhões	Modo Observacional e Performativo	28:55	34:00	Cena da psicóloga mistura seu depoimento com cenas performativas, utilizando-se dos dois estilos de documentário em uma cena	Observacional: Plano fechado, plano americano apenas se houver mais de uma pessoa em cena Performativo: Uso de diferentes planos, mas focado no aberto para mostrar todo o contexto da cena	-	
	Passaporte Húngaro	Modo Reflexivo e Participativo	03:50	04:25	A avó conta sua história e a jornalista faz indagações, além disso não há uma abertura para movimentações de câmera que mostre como o filme foi produzido de forma "casual"	Plano médio nas entrevistas e detalhe nos documentos	-	O filme não mostra quem é a mulher que busca o passaporte, mas ela tem participação ativa ao perguntar para as pessoas sobre como passar em cada etapa do processo.
Papel do jornalista	O que o destino me mandar	Participação ativa, buscando agir apenas com perguntas no tempo certo, sem tirar o momento de fala do entrevistado	26:36:00	24:43:00	Fala do menino sobre sua saída da instituição aos 18 anos	Cena fixa	-	
	Todos nós, cinco milhões	Participação externa, não vemos e nem ouvimos a ação do jornalista, apenas as informações e a história contada pelas vozes e cenas	23:35	26:00:00	Entrevistada fala sobre crise de identidade	Cena fixa	-	
	Passaporte Húngaro	Participação ativa, apesar de não aparecer em tela. Ela pergunta, interrompe, investiga, traz uma maior humanização e veracidade para o que está acontecendo em tela	29:35:00	31:50:00	Húngaro conversa sobre a origem dos nomes e mudança durante as gerações, principalmente, pós-Segunda Guerra Mundial	Imagem fixa com regra dos terços	-	
Sonoplastia	O que o destino me mandar	A única sonoplastia utilizada, além da fala dos entrevistados, é a música tema do documentário, junto do som de um relógio	19:13	19:29	Cena do menino Marcos brincando sozinho olhando o horizonte	Imagem fixa com regra dos terços	Instrumental de flauta e som de relógio	
	Todos nós, cinco milhões	Nas cenas de entrevista, há apenas o som das falas com pequeno ruído externo e nas cenas performativas, há uma maior uso da ambientação urbana	01:16:34	01:20:11	Cena do encontro do filho com o pai que o abandonou	Cena performativa envolvendo planos abertos e detalhes, conforme a frustração da personagem	-	
	Passaporte Húngaro	Som ambiente e urbano, com pequenas inserções instrumentais de música para mudança de tema	09:25	14:46	Avós fazem um café para conversar com ela sobre sua história	Imagem com câmera na mão para filmar o café, mas entrevista em imagem fixa	-	
Edição e efeitos visuais	O que o destino me mandar	Edição simples com plano médio e detalhe, regra dos terços, entrevistas com preservação do silêncio, paleta neutra, transição de lembrança e porta fechando, iluminação do ambiente.	20:41	21:04	Funcionária conta do menino Marcos	Cena fixa	-	
	Todos nós, cinco milhões	Edição mais avançada com J-cut, Plano fechado, panorâmica, tom mais frio e sem saturação, história real e fictícia se alternam e se complementam	23:35	26:00:00	Cena sai da situação primeiramente na voz e depois em cena, mas focado no entrevistado	Atuação: Plano médio Entrevista: Cena fixa na regra dos terços	-	
	Passaporte Húngaro	Edição mais casua, estilo vídeo, gravado em primeira pessoa, como se nós fôssemos a personagem da história, Planos médios e câmera na mão, tom mais quente	02:27	04:03	Cena da avó, mostrando passaporte e documentos de sua vinda ao Brasil	Câmera na mão	-	
Nome	O que o destino me mandar	O nome surge da frase do menino que participa da trama nos primeiros minutos do documentário	07:52	07:55	Menino de cabeça baixa, buscando um lugar	Cena fixa com o menino virado de costas para preservar identidade	-	
	Todos nós, cinco milhões	Surge da pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que cinco milhões de pessoas não tem o nome do pai registrado	00:18	00:34	Tela em preto e branco dando a informação	-	-	
	Passaporte Húngaro	Surge do objetivo da protagonista de receber o passaporte de onde seus familiares nasceram	04:38	07:35	Primeira ida ao consulado húngaro para saber o que é necessário para se obter o passaporte	Cena fixa	-	
Pertencimento	O que o destino me mandar	Trabalha o senso de pertencimento na instituição de acolhimento, já que o vínculo familiar está rompido e a questão da HIV é um fator limitante na adoção	24:28:00	24:47:00	Dado informativo de que, assim com Iracema, todas as crianças possuem HIV na instituição	-	-	
	Todos nós, cinco milhões	Trabalha o senso de pertencimento no laço familiar da mãe	39:33:00	41:43:00	Cena da filha contando os problemas de convivência com o pai que abandonou e casou problemas com a mãe	Cena fixa com leve panorâmica	-	
	Passaporte Húngaro	Trabalha o senso de pertencimento familiar pela nacionalidade, já que a história da família é o motivador dela ir atrás do passaporte	01:05	01:28	Telefone toca com pedidos de documentos da avó húngara	Plano fechado no telefone	-	
Identidade	O que o destino me mandar	A identidade que os personagens apresentam é de saudades da família e busca por estar com os pais, como se eles não tivessem outro lugar para ir, já que esses familiares passam por diversos tipos de problemas	10:29	13:10	Cena da conselheira tutelar explicando para as crianças o motivo delas estarem longe dos pais	Cena aberta mostrando as crianças de costas	-	
	Todos nós, cinco milhões	É uma identidade de total separação do vínculo paterno, uma vida de adaptação e amadurecimento rápido, diante das dificuldades	27:02:00	28:20:00	Homem conta como era viver com a mãe cansada de trabalhar e como eram as brincadeiras de infância	Cena fixa	-	
	Passaporte Húngaro	É a identidade de alguém que vê dificuldades de conseguir ser parte da história da família, como as suas origens fossem negadas. Os entrevistados são variados, as crianças têm diversidade de sexo e etnia, mas as especialistas são mulheres	43:06:00	45:18:00	Funcionário público mostra que é preciso realizar uma prova em húngaro com diversos temas, dificultando a obtenção do passaporte	Cena fixa	-	
Entrevistados	O que o destino me mandar	Maior presença feminina, apesar de a cena final ser a representação do homem conseguindo se libertar do peso de conhecer o pai	-	-	-	-	-	
	Todos nós, cinco milhões		-	-	-	-	-	
	Passaporte Húngaro	Presença dos avós e dos funcionários de órgãos públicos em diferentes países, com maioria masculina	-	-	-	-	-	

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Título do projeto: Deixados para Trás: Desafios dos não adotados de Curitiba na maioria

Autor: Victor Lobo Guimarães — Estudante de Jornalismo (UFPR)

Pelo presente instrumento particular de autorização, eu,
_____, nascido(a) em ____/____/____,
portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) em
_____.

AUTORIZO Victor Lobo Guimarães o uso da minha imagem e voz captadas por meio de entrevistas, gravações e fotografias, realizadas para fins de produção, divulgação e exibição do referido documentário.

Declaro estar ciente de que as gravações poderão ser utilizadas, no todo ou em parte, em:

- exibições públicas, mostras e eventos acadêmicos;
- plataformas digitais e redes sociais (como YouTube, Instagram, etc.);
- atividades de divulgação científica e acadêmica relacionadas ao projeto.

A presente autorização é concedida a título gratuito, por prazo indeterminado, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos, remuneração ou indenização.

Declaro, ainda, que a participação é de livre e espontânea vontade, e que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos e propósitos do projeto.

Curitiba, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador

Victor Lobo Guimarães - Estudante de Jornalismo (UFPR)

Contato: (41) 99145-7453 | E-mail: victorl.guimaraes2003@gmail.com